



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIANA MEDEIROS DA SILVA

**FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO SEXUAL: um estudo sobre a
concepção de sexualidade de egressos do curso de Pedagogia da UFPB**

JOÃO PESSOA - PB

2024

MARIANA MEDEIROS DA SILVA

Formação Docente em Educação Sexual: um estudo sobre a concepção de sexualidade de egressos do curso de pedagogia da UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito para aprovação no referido Curso e obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista

JOÃO PESSOA - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586f Silva, Mariana Medeiros da.

Formação docente em educação sexual: um estudo sobre a concepção de sexualidade de egressos do curso de Pedagogia da UFPB / Mariana Medeiros da Silva. - João Pessoa, 2024.
73 f.

Orientação: Maria das Graças de Almeida Baptista.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Formação docente. 2. Educação sexual. 3. Sexualidade. I. Baptista, Maria das Graças de Almeida. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37-051(043.2)

FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UM ESTUDO SOBRE A CONCEPÇÃO DE SEXUALIDADE DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado pela graduanda Mariana
Medeiros da Silva, do Curso de Pedagogia
da Universidade Federal da Paraíba,
Campus I, tendo obtido a nota 10,0,
conforme a apreciação da Banca
Examinadora.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças
de Almeida Baptista

Aprovada em: 25/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DAS GRACAS DE ALMEIDA BAPTISTA**
Data: 29/10/2024 23:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Maria das Graças de Almeida Baptista
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DA LUZ OLEGARIO**
Data: 29/10/2024 23:18:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dra. Maria da Luz Olegário
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **TAMARA RAMALHO DE SOUSA AMORIM**
Data: 31/10/2024 18:16:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dra. Tamara Ramalho de Sousa Amorim
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a minha avó Maria Lourdes Medeiros (In Memoriam), que sempre acreditou na educação e fez o possível para proporcioná-la a seus netos, entre eles, eu e meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

É neste espaço que agradeço publicamente a todos aqueles que estiveram comigo nessa jornada, não os esquecerei jamais.

Em especial quero agradecer a minha família, minha mãe Josefa Maria de Medeiros, por dedicar seu tempo a mim e por trabalhar tanto para ver seus filhos formados, foi na graduação que entendi a importância da sua dedicação, das horas de trabalho e acolhimento nos momentos delicados. Meu pai Adail Gomes da Silva Filho, que foi meu apoio financeiro, sem ele eu jamais conseguiria me dedicar ao curso e vivencia-lo tão bem. Não poderia deixar de citar os meus irmãos Adail Gomes da Silva Neto e Adalberto Medeiros da Silva, por serem referência e inspiração. E, ao recém chegado, meu sobrinho Pedro Guilherme de Oliveira Gomes, que foi cobaia em alguns trabalhos e a felicidade dos meus dias, até mesmo nos mais difíceis.

Agradeço aos amigos que estiveram comigo nessa jornada, em especial a minhas amigas Rossana Silva e Iandra Tainá por, mesmo distante e não podendo estar presente em momentos importantes, compreenderam minha ausência e meus vácuos nas redes sociais. Ao Grupinho do 10, Francinelma Dantas, Francineves Moraes, Daiana Oliveira e Rafaela Alexandre, pelas conversas e por toda a parceria que tivemos enquanto estávamos juntas, vocês moram em meu coração! A minha amiga Jéssyka Lima, que me acolheu no período remoto e desde então não soltou a minha mão, abriu as portas da sua casa e me tornou família. A Thiago Henrique, Maria das Victórias e Renally Lima pelos risos e conversas nos corredores da UFPB, pela parceria e acolhimento nos momentos difíceis e, principalmente, pelos almoços tão agradáveis no RU.

Agradeço a Dally pelos almoços de domingo, as idas a PH depois de 6 meses de planejamento (risos), a Antônio Cordeiro que está comigo desde 2019, me acompanha nas andanças ao centro e sempre abriu as portas de sua casa para me receber, com almoços e lanchinhos. A José Caíque, pelo aconchego e apoio, pelas andanças sem rumo, músicas e experiências gastronômicas, por abrir as portas do “meu” apartamento e proporcionar-me o sentir-se em casa mesmo estando tão distante dela. A Gean Gonçalves que no início disso tudo me deu apoio e incentivo, me abriu espaços para conversas, pelo apoio a continuar estudando este tema e pelas vezes que entrou na minha onda, hoje muito do que sou foi graças as nossas

conversas e reflexões.

Ao meu querido namorado Carlos Miguel dos Santos, que me acolheu nos momentos de surto mesmo sem entender nada, pelas risadas, abraços e aconchegos, lanches e Slups para amansar a fera, pelo silêncio e carinho diante dos choros, por ser paciente com minha ausência e me apoiar ao seu modo. Por você e pelos seus, fui muito bem acolhida e não poderia deixar de agradecer.

Agradeço também a minha professora orientadora e ao grupo de estudos que faço parte, pelos dias de comemoração e de reflexão sobre nossas trajetórias (todos eles). A todos aqueles que contribuíram de alguma forma mas não foram citados e, por fim, mas não menos importante, agradeço a mim, Mariana Medeiros da Silva, por nunca ter desistido e, mesmo perante as minhas inseguranças, mantive. Foram anos com dificuldades e muitos medos, mas, acima de tudo, com conquistas e sonhos realizados.

RESUMO

Mesmo que presentes em todas as vivências dos sujeitos, a educação sexual e a sexualidade são vistas com tabu no espaço escolar e, por este motivo, pouco são abordadas na formação docente. A vista disso, a escola como espaço destinado a compartilhar os conhecimentos historicamente acumulados, pode se tornar um meio para romper o paradigma de uma educação sexual unilateral, silenciosa e repressora, que impõem modos de ser e agir socialmente a partir da concepção do que é ser 'homem' e ser 'mulher'. Isto posto, consideramos pertinente compreender como ocorre a formação em Educação Sexual no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e que concepção de sexualidade os egressos adquire durante sua formação. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo na perspectiva do materialismo histórico-dialético, no qual foram analisados documentos da educação e do referido curso. Também foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada com 5 egressos formados nos últimos 5 anos pela instituição. Durante a pesquisa identificamos que os participantes fazem relação direta entre educação sexual e sexualidade, assim como as aproximam do conceito de identidade. Por fim, concluímos que a ausência de abordagens sobre a educação sexual nos cursos de licenciatura resulta no distanciamento de temas relacionados a ela na educação básica e que, apesar de tangenciada, é unânime a defesa dos professores sobre a sua contribuição para a construção de relações saudáveis na escola. Ademais, destacamos que nas disciplinas analisadas faltam discussões voltadas para questões sócio-culturais, estas que estão diretamente relacionadas à concepção dos indivíduos e vivências em sociedade.

Palavras-Chaves: Formação Docente. Educação Sexual. Sexualidade. Escola.

ABSTRACT

Even though it is present in all people's lives, the Sexual Education and Sexuality are seen as a taboo in the school space and, for that reason, it is barely approached during teachers training. With that in mind, schools as a place dedicated to sharing knowledge historically accumulated can become a means of breaking the paradigms of a unilateral, quiet and repressive Sexual Education that imposes ways of being and acting socially from the conception of what being a 'man' and 'woman' is. That said, we consider important to comprehend how the studies on Sexual Education take place in the undergraduate course of Pedagogy in the Federal University of Paraíba and which conception of sexuality the graduates acquire during their graduation. To achieve our goals, a qualitative research was made considering a historic and dialectic materialism perspective, in which we analyzed educational documents that guide our course. It was also developed a semi structured interview for 5 students who graduated in the past 5 years in the institution. During the research we identified that the participants do a direct relation between Sexual Education and Sexuality, also connecting them to the concept of identity. Finally, we concluded that the absence of approaches about the Sexual Education in the undergraduate teaching degree courses result in the distancing of themes related to it in the basics education and, despite tangential, it is unanimous that teachers defend its contribution to the construction of healthy relationships at school. Besides, we highlight that in the subjects which were analysed there is a lack of discussions on social cultural questionings, which are directly related to the individuals' conception and experiences in society.

Key-words: Teachers training. Sexual Education. Sexuality. School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Análise do Comportamento Aplicada

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CE - Centro de Educação

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional Extraordinária da Educação

EF - Ensino Fundamental

IES - Instituição de Ensino Superior

IST's - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL, DO SÉCULO XX AO SÉCULO XXI	19
2.1 Bases da Educação Sexual	23
2.1.1 O conceito de Sexualidade	23
2.1.2 Desenvolvimento infantil	26
2.1.3 O papel da escola	29
3 EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: MARCOS LEGAIS	31
3.1 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997	33
3.2 Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001	33
3.3 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica de 2010 ...	34
3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos	34
3.5 Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014	34
3.6 Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014	35
3.7 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017	35
3.8 Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas escolas de 2022	36
3.9 Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente de 2022 (webinário)	36
3.10 Programa Saúde na Escola de 2023	37
4 A CONCEPÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL	38
4.1 A Educação Sexual no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia ...	39
4.2 Educação sexual e sexualidade	43
4.3. Educação sexual e desenvolvimento infantil	49
4.4 Educação sexual e o papel da escola	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63

6 REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	73
Apêndice A - Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE)	74
Apêndice B - Roteiro da Entrevista	75

1. INTRODUÇÃO

A educação sexual está presente no dia a dia das pessoas e, por ser um fator social, é consequentemente vivenciada no cotidiano familiar e escolar. Entretanto, ao não ser compreendida com naturalidade e tão pouco abordada de forma pedagógica no ambiente escolar, em razão de sua dimensão muitas vezes estar relacionada ao “proibido” (dado os assuntos que aborda), entendemos que a educação sexual é um tema “censurado” em ambos os espaços.

Contudo, apesar de não ser uma prática comumente abordada no âmbito escolar e familiar, não quer dizer que ela não ocorra. Segundo Figueiró (2018, p. 110) “o silêncio também é uma forma de educar”, bem como a educação sexual Informal está “embrenhada no dia a dia de todas as escolas e é vivida, percebida e praticada pelos diversos elementos, quais sejam: alunos, professores, equipe pedagógica e administrativa e demais pessoas que trabalham na Instituição” (Figueiró, 2009, p.67).

É comum depararmo-nos com a educação sexual silenciosa, esta que geralmente ocorre através de falas preconceituosas e distorcidas, proibições, tabus e repressões. Mas, educar por meio da repressão não inibe - reforça - que crianças, jovens e adultos busquem por informações com o auxílio de outros meios e fontes informais, como a mídia e as redes sociais, por exemplo.

Para Nunes (2005, p. 16), educar para a sexualidade implica em uma reeducação sexual que envolve a pessoa, valores e comportamentos. Segundo o autor, a sexualidade é a ponte que liga o pessoal ao social, sendo a “encruzilhada confusa onde se articulam o ser e o existir individual e coletivo de cada um”. A vista disso, a Educação Sexual tem o papel de esclarecer o que é a sexualidade e os fatores que a engloba, sem desvinculá-la dos aspectos sociohistóricos, econômicos, ideológicos e biológicos.

A Educação Sexual já foi abordada em documentos educacionais, como por exemplo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997/1998 - por meio da nomenclatura Orientação Sexual - compreendida como tema relevante para a educação da criança cidadã por meio da transversalidade; enfatizando a sexualidade como um componente principal. Porém, apesar de ter sido um

documento de referência e de caráter normativo, não era obrigatório e, por abordar temas dados como imorais e polêmicos, não foi efetivado na educação.

Nos últimos anos, além do compartilhamento incessante de desinformação acerca do 'Kit Gay', expressão pejorativa que se refere a cartilha 'Escola Sem Homofobia', que, como a bancada católica e evangélica junto com seu público costumam defender, passa a ensinar crianças a praticar atos sexuais e a tornarem-se homossexuais, também foram levantados projetos de Lei com o intuito de tornar crime a "promoção" da 'ideologia de gênero' e até mesmo o uso de termos como gênero e orientação sexual em sala de aula, com o discurso de que é preciso salvar as crianças.

Sob o mandato do inelegível ex presidente da República (2019 - 2022), vinculado ao Partido Social Liberal (PSL), partido político brasileiro de cunho liberal e conservador, esses ideais ganharam mais força e, assim, foi alimentada uma interpretação hostil acerca da educação sexual e seu papel social. Dessa forma, regredimos com relação ao entendimento do que é a educação sexual e o conceito de sexualidade, principalmente considerando o ambiente escolar. Estes fatores, então, resultaram na disseminação dessas e de outras *fake news* através das redes sociais como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*.

É importante entender o fato de que a educação está ligada diretamente a uma sociedade capitalista, regida por uma ideologia hegemônica que busca educar o indivíduo para o controle e reprodução das ideias. Como reforça Nunes (2005), é por meio da ideologia que a classe dominante mantém o imaginário social construído em conformidade com seus interesses.

Assim sendo, as relações sociais são caracterizadas e atravessadas pela força de produção, tendo a estrutura econômica como um meio que delimita os conhecimentos que deverão ser apreendidos e consumidos pelos sujeitos. Considerando esses fatores, a educação continua refém do capitalismo, obedecendo aos ideais da burguesia por meio de instituições sociais que "desenvolvem um esforço sistemático e cotidiano para reproduzir as estruturas e os papéis tradicionais" (Nunes, 2005, p. 18), o enquadramento de papéis que dura a vida toda.

Por não ser de interesse da classe dominante, a educação sexual e a sexualidade não são comumente abordadas, não são levadas em consideração para a educação, sequer abordadas na formação docente, mesmo que presentes nas

vivências escolares e para além dela. Entretanto, é preciso tratar este tema esclarecendo tabus com embasamento teórico e tornando o conhecimento historicamente acumulado acessível aos indivíduos, visando a quebra do paradigma de uma educação sexual unilateral, silenciosa e repressora, que é “socialmente determinada e se dá pela internalização de códigos e valores repressivos mantidos pelas instituições autoritárias dessa mesma sociedade, e esses códigos repressivos obedecem a interesses dos grupos governantes e opressores. (Reich, 1942 citado por Nunes, 2005, p. 119).

Assim, o âmbito escolar é diverso, composto por particularidades e uma variedade de conhecimentos e, por este motivo, o compreendemos como espaço privilegiado para suprir dúvidas e proporcionar aprendizagens aos indivíduos, pois é nele que se compartilha o conhecimento historicamente acumulado. De acordo com Haddad e Pereira (2013, p. 113), cabe à escola a “transmissão e a assimilação dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos”, sendo seu papel difundir informações corretas e eficazes para uma dimensão educativa. Já ao professor “cabe a tarefa de dirigir o processo educativo”.

Essa “direção” diz respeito ao seu papel como formador, pois é a intervenção da prática pedagógica que possibilita aos mais jovens um outro processo de aprendizagem, isto é, a compreensão dos conhecimentos científicos e as adaptações ao meio social. É preciso que o professor tenha em si o reconhecimento de que é função da escola também ensinar sobre sexualidade, pois “existem problemas sociais ligados à vivência da sexualidade [...] sobretudo, porque é função da escola como parte do processo de formação integral do educando” (Figueiró, 2018, p. 108).

Muitos docentes levantam pautas morais sobre a educação sexual, tornam-se resistentes e indispostos à proposta de trabalhá-la em sala de aula de forma crítica e emancipatória. Isto posto, para o trabalho em Educação Sexual deve-se considerar a concepção do docente e seus pressupostos teóricos. Não basta introduzir temas como sexualidade e educação sexual nas escolas e o professor exercer o papel do ensino sem refletir sobre a sua prática, pois o resultado será a reprodução das ideias da superestrutura, daquilo que foi aprendido com as vivências antes mesmo da sua formação profissional.

A formação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba ainda apresenta, mesmo que pouco e de forma pontual, um certo avanço no que diz

respeito à formação em Educação Sexual, visto que ela é citada por duas disciplinas do curso, sendo uma específica intitulada Educação Sexual, que compõe a grade das optativas e a disciplina obrigatória Educação e Diversidade Cultural que, a depender da abordagem do docente, fala sobre aspectos da sexualidade e, consequentemente, da educação sexual.

Assim, com o objetivo de compreender a concepção sobre o conceito de sexualidade em egressos do Curso de Pedagogia da UFPB, considerando que essa concepção está imbricada com a sua abordagem em sala de aula, o presente trabalho busca responder as seguintes inquietações: Como ocorre a formação em Educação Sexual no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)? Que concepção de sexualidade os egressos dos últimos 5 anos adquiriram durante sua formação?

Justifica-se o interesse no tema deste trabalho as experiências escolares realizadas nos Estágios Supervisionados Obrigatórios, pois, desde a Educação Infantil ao 5º ano do ensino fundamental - anos iniciais, é evidente que são as credences pessoais das professoras que educam, sem nenhum embasamento filosófico e científico, que enquadram as crianças aos padrões pré-estabelecidos socialmente, assim como as instituições não apresentam nenhuma postura (e preparo) para lidar com situações em que deveriam intervir.

Sendo assim, acreditamos que falar sobre educação sexual no âmbito escolar contribui de forma significativa para sua formação acadêmica, em especial para os alunos de licenciatura que poderão ter mais conhecimento sobre esse tema, assim como será possível fundamentar suas experiências e intervenções em sala de aula. Ademais, propõe-se que estas discussões resultem no desenvolvimento de atividades a serem realizadas no espaço escolar, desde a educação infantil, de forma a orientar crianças e adolescentes com uma prática pedagógica crítica e emancipatória, corroborando para a construção de espaços sociais respeitosos.

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, que considera “todos os componentes de uma situação” (André, 2021, p. 13); e utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada pois, através dela é possível identificar a compreensão dos entrevistados acerca da temática para além do que foi perguntado, como também evidenciar as concepções sociais que envolvem o tema da pesquisa, pontuadas em suas falas.

Parafraseando Ludke e André (2018), por meio de entrevistas as informações fluem de maneira natural e autêntica, sendo possível captar de imediato os elementos desejados. A princípio as entrevistas seriam realizadas com quatro egressos, dois que cursaram a disciplina Educação Sexual e dois que não cursaram. Entretanto, na busca pelos docentes, encontramos um professor que leciona no 2º ano do Ensino Fundamental e cursou a disciplina citada, por ser um perfil difícil de encontrar, optamos por acrescentá-lo às entrevistas, pois agregava uma nova perspectiva ao grupo de entrevistados, garantindo uma diversidade maior de experiências e visões no contexto da pesquisa.

A escolha dos participantes se deu a partir dos seguintes critérios, formados nos últimos 5 anos em Pedagogia pela UFPB, lecionam no Ensino Fundamental - anos iniciais, cursaram a disciplina de Educação Sexual e não cursaram a disciplina. A busca se deu através das redes sociais *Instagram* e *WhatsApp*, onde era feito o convite para participar da entrevista em formato online através do *Google Meet*.

Portanto, foram entrevistados cinco egressos do Curso de Pedagogia que lecionam no Ensino Fundamental - anos iniciais, sendo quatro professoras que se identificam com o gênero feminino e um professor que se identifica com o gênero masculino, formados pela UFPB nos últimos cinco anos, estes foram subdivididos em 'cursaram a disciplina de Educação Sexual' (3) e 'não cursaram a disciplina' (2).

Como método de análise consideramos a hermenêutica dialética que "pressupõe um intercâmbio contínuo entre o pesquisador e o material da fonte" (Gilhus, 2016, p. 145). Sendo assim, a análise da base teórica e das entrevistas partem da interpretação da pesquisadora, considerando sua concepção de mundo, assim como suas experiências quanto ao tema da pesquisa.

Destaca-se que os textos analisados para essa pesquisa foram obras que abordam educação sexual e sexualidade nas escolas, como também a formação docente em educação sexual na perspectiva do materialismo histórico-dialético, assim, buscou-se por textos com perspectivas de uma formação para uma educação crítica e emancipatória. Ademais, foram analisados os documentos oficiais que direcionam o curso de Pedagogia da UFPB, como o PPC e ementas das disciplinas de Educação Sexual e Educação e Diversidade Cultural.

Com base na proposta do trabalho, para relacionar a pesquisa ao referencial teórico, evidenciamos que foram definidas como categorias empíricas: sexualidade, desenvolvimento infantil e o papel da escola. E, como categorias de análise,

destacamos a contradição e reprodução. Identificadas a partir de experiências, tanto pelos conteúdos estudados, como sendo estagiária, compreende-se que estas categorias atravessam as atividades da educação sexual no âmbito escolar e torna evidente a concepção do professor sobre o que ela é, além disso, consideramos que por meio das categorias é possível entender os elementos da realidade e da educação, assim como fazer relação ao que está sendo estudado.

Por meio das categorias é possível entender os elementos da realidade e da educação. Assim, evidenciamos a contradição, como categoria de análise, por considerarmos a dialética do real, na qual a sociedade manifesta, através de suas relações econômicas e educacionais, que nenhuma delas é retilínea. Negar a contradição é compreender o processo educacional como permanente e a-histórico, “o que termina por afetar a concepção de educação, pois, ao retirar dela a negação, passa-se a representá-la dentro de um real que se desdobra de modo linear e mecânico” (Cury, 1986, p. 27).

No âmbito educacional há situações que reforçam a necessidade da educação sexual para que o corpo escolar possa intervir, porém, não são disponibilizados espaços para isso. E, mesmo que já tenha sido considerada como importante para a formação dos sujeitos, a educação sexual vem sendo tangenciada.

Concomitantemente, temos a categoria reprodução, justificada pelo fato de o ambiente escolar ser um dos “responsáveis” pela manutenção dessas relações. Para Cury (1986, p. 29) essas categorias não são harmônicas, “mas se incluem mutuamente e se completam”. Afinal de contas, a educação não é linear, tão pouco mecânica, mas nela mantém-se a ideologia da classe dominante, que utiliza dos aparelhos ideológicos como meio para manutenção dessas relações.

Ainda de acordo com o autor (*ibid*, p. 28), a educação pode vir a ser mediadora nos “processos de acumulação ao reproduzir ideias e valores que ajudam na reprodução ampliada do capital”. Dessa maneira, reforçamos que a categoria Reprodução, na sociedade capitalista, tem o papel de manter os meios de controle para manutenção do acúmulo de capital financeiro e cultural, estes que se refletem não só por meio das relações de produção, mas, também econômicas e educacionais.

Para atender o proposto, o trabalho foi organizado em três momentos. Primeiro será abordada de forma breve a História da Educação Sexual no Brasil e as

bases que a fundamenta, que são: sexualidade, desenvolvimento infantil e o papel da escola. No segundo momento, trataremos da educação sexual na formação do pedagogo e os marcos legais que o direciona no contexto escolar. No terceiro momento serão apresentadas as perspectivas dos egressos entrevistados. Como embasamento teórico, também serão utilizados os documentos que fundamentam o curso de Pedagogia da UFPB, o PPC e a ementa das disciplinas de Educação e Diversidade Cultural e Educação Sexual.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL, DO SÉCULO XX AO SÉCULO XXI:

O mundo ocidental tem uma concepção diferente sobre educação sexual em relação ao mundo oriental, à vista disso, o Brasil sofreu influência de teorias e estudos que estavam sendo desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos (ocidental). De modo geral, para compreendermos como os saberes sobre a educação sexual foram institucionalizados no Brasil, precisamos ver como ocorreu nestes continentes, que levaram a categoria de “saber científico” já no século XIX.

Na antiguidade a arte e a literatura tratavam das práticas sexuais, mas sem um campo teórico específico que estudasse a sexualidade. Já na Idade Média, com o advento da Igreja Católica, surge a preocupação com as práticas sexuais enquanto ato que poderia ser proibido, na mesma época a Medicina já associava o sexo a saúde, mas voltava-se a compreensão da gravidez, como aponta Figueiró (2009).

No século XVIII a Medicina ocupa-se da higiene das cidades e, com o advento das Igrejas Protestantes, ocorre a constância de caráter e o controle dos afetos voltados para as relações sexuais. Já no século XIX, os médicos dão a medicina seu caráter normativo e classificatório, ademais, é criada a sexologia para estudar desvios e práticas sexuais consideradas inadequadas. Segundo Werebe (1977, *apud* Lima Jr, 2008), na segunda metade do século XVIII a educação sexual despertou preocupação entre educadores da França e demais países da Europa Central, mas é somente no fim do século XIX que ocorre sua introdução nas escolas.

Inicialmente, as ideias sobre a educação sexual não estavam vinculadas à educação formal/escolar e tornou-se objeto de estudo e discussão nas áreas de

Ciências Humanas, visando compreender atitudes e comportamentos sexuais, já nas Ciências Médicas, o foco no biológico e em patologias, assumiu um caráter normativo. Segundo Figueiró e colaboradores (2009), os médicos sustentaram o discurso sexual normatizador e as Ciências Humanas, consideraram essa área merecedora de reflexões, possibilitando o surgimento de obras que abordavam comportamento sexual e educação sexual.

No Brasil, a Educação Sexual surgiu no início do século XX por meio de médicos, educadores e sacerdotes (Figueiró, 2009) e o Estado já apresentava interesse com ênfase às questões biológicas, reforçando o discurso normatizador dos estudos da medicina, o modo como se firmou no Brasil. Segundo Lima Júnior (2008, p. 21), a meta não era o compartilhamento do conhecimento e a formação de sujeitos críticos e livres, mas sim “administrar e regulamentar a sexualidade” dos jovens.

As vertentes sustentadas pela educação sexual no século XX tornaram os aspectos culturais como naturais, a heteronormatividade passa a definir um padrão social e a sexualidade é vinculada apenas à identidades e expressões de gênero (Carvalho *et. et.*, 2016), ou seja, utilizada para a criação de corpos e identidades generificados, reiterando a fala de Lima Jr. (2008) em seu livro ‘Labirinto da Sexualidade’, de que a promoção da educação sexual foi centrada na reprodução e controle dos corpos.

A institucionalização da Educação Sexual no Brasil também ganhou força na metade do século XX com os movimentos feministas que iam de encontro à dominação masculina, especificamente a desigualdade imposta às mulheres e a inibição de direitos, abordando temas como gênero, igualdade de gênero e sexismo. Desde 1920, feministas como Bertha Lutz já tinham como objetivo a educação sexual para além das ideias médico e higienistas (Lima Jr, 2008), pois compreendiam a desigualdade de gênero como um resultado das relações sociais e culturais, não fator biológico como era posto.

Segundo Figueiró (2009, p. 134) nas primeiras décadas do século XX, alguns estudiosos, como o médico José de Albuquerque, já “defendiam a necessidade de educação sexual para crianças e jovens” e consideravam a família como um auxiliar para a efetivação das propostas médico normatizadora, visto que os estudos da época visavam a patologia sexual e os males que a prática sexual “desregrada” poderia causar, assim, a implementação da educação sexual seria uma solução para

controle dos “instintos”. Ainda de acordo com a autora, “outras [obras] não viam a sexualidade de forma negativa nem associavam sua prática a qualquer patologia, mas não deixavam de ser normatizadoras no sentido de propor condutas que consideravam ser melhores para a saúde do indivíduo”.

O médico José de Albuquerque foi um dos primeiros estudiosos a propor a educação sexual nas escolas no Brasil, ele a considerava como essencial para o desenvolvimento integral dos indivíduos e sugeria que seus conteúdos fossem abordados de forma natural, aproximando do que foi proposto anos depois nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Entretanto, apesar de apresentar influência sobre o meio na década de 1930, outras obras também ganharam destaque e tornaram-se mais relevantes, como afirma Figueiró (2009).

Nos anos 1960, Figueiró (*ibid*, p. 137) destaca que os educadores encontraram subsídios teórico-metodológicos necessários para efetivar a educação sexual nas escolas, porém foi em um curto espaço de tempo devido o recrudescimento da censura e repressão decorrente do Golpe de Estado de 1964, que “sufocou aquilo que poderia ter sido o início da implantação da educação sexual no Brasil”.

Ademais, Lima Júnior (2008) afirma que a Igreja foi contrária à implementação da educação sexual até a década de 1960, mas, esse posicionamento não teve influência porque as abordagens sobre sexualidade se resumiam a biologia. Entretanto, essa mesma época acabou sendo marcada pelo puritanismo e pela censura em consequência ao Golpe de Estado, advindo do Governo Militar, coibindo qualquer expressão sobre sexualidade e educação sexual.

Diante do Golpe de Estado, a discussão sobre educação sexual voltou a acontecer na década de 1970, com um programa de orientação sexual que durou até 1982, essa foi a primeira iniciativa oficial após o golpe. Em seguida, tiveram os movimentos feministas que abordavam a igualdade de direitos, como por exemplo, a teórica feminista Adrienne Rich (1980), citada por Carvalho *et. al* (2016, p. 57), ao declarar que “a instituição política da heterossexualidade constrói a sexualidade humana e o engendramento dos sujeitos, funcionando como um mecanismo de exclusão e opressão daqueles e daquelas que não se enquadram em suas determinações”. Apesar da opressão e violência sofrida nesse período, os movimentos ainda se mantinham resistentes, mesmo que de forma velada.

Além disso, Lima Jr. (2008) cita que nos anos de 1970 algumas escolas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro implementaram a educação sexual por meio de projetos, porém, sob o governo militar, em 1982 todos os projetos foram banidos e os profissionais que estavam à frente foram demitidos, alguns foram detidos e tiveram que enfrentar a justiça.

Já nos anos 1990, com a volta dos ideais de um governo democrático, tivemos a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a partir dele passou-se a compreender a sexualidade como uma expressão cultural que pode ser abordada de maneira transversal, assim como propôs o desenvolvimento de uma ação crítica, reflexiva e educativa. O documento aponta as reivindicações que foram feitas nos anos 1970, 1980 e reforçam a necessidade de crianças e jovens terem acesso a informações sobre a sexualidade por meio da Orientação Sexual [nomenclatura utilizada no documento] nas escolas.

Já no século XXI, foram desenvolvidos alguns documentos oficiais e legislações que tratam, direta ou indiretamente, a educação sexual como o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Porém, apesar de presentes em alguns documentos, a legislação brasileira ainda não apresenta nenhum tipo de lei que aborde sobre educação sexual e sexualidade no âmbito educacional, como salienta Neto (2016, *apud* Cassiavillani e Albrecht, 2023). Há uma alternância entre avanços e retrocessos que se dá através da influência dos contextos sociais e políticos que, a depender, silencia ou a promove.

Na atualidade, a educação sexual está sendo abordada no modelo médico patológico e preventivo, visto que os programas propostos pelo governo nos últimos 6 anos, como o Saúde na Escola, por exemplo, abordam apenas questões de reprodução e prevenção às IST's e a abusos sexuais. Nesse sentido, apesar de compreendermos a educação sexual como importante para a formação sujeitos críticos, à vista desse quadro em que foi implementada, ela passou a ser considerada mais como uma *deseducação sexual*, palavras de Bernardi (1985, citado por Lima Jr., 2008), pois pontua categorias de normalidade e anormalidade, resume as relações humanas somente ao natural e desconsidera os fatores culturais.

Isto posto, a educação sexual vem sendo tangenciada nos espaços escolares e comumente abordada de forma implícita nos documentos de referência, que não

levam em consideração a dimensão humana dos sujeitos a partir de suas relações sociais e dos fatores culturais, mantendo o equívoco de abordar somente questões com o simplismo biológico.

Considerando o que foi dito acima, é possível identificar que a educação sexual ainda é abordada com tabu, sendo resultado de uma sociedade historicamente influenciada e pelo controle de produção capitalista, que produz o desejo de consumo e uma educação tradicional sistemática, baseados em uma ideologia de produção material e na reprodução de ideias que negam a dimensão social, humana e integradora dos indivíduos, na intenção de controlar seus corpos.

Entretanto, salientamos que há duas perspectivas de educação sexual. Uma é compreendida como mecanismo de dominação, como mencionada por Lima Jr. (2008), sendo mais um meio de controle para disciplinar os corpos frente a demanda de produção, para a manutenção das relações de poder e enquadramento de papéis sociais. A outra tem como objetivo a busca de formar seres conscientes quanto ao modo de vida em que vivem, como também a construção de sujeitos críticos sobre a normatização e engendramento dos seus corpos, caracterizando os fatores do que é biológico e cultural, sem desconsiderá-los.

2.1 Bases da Educação Sexual

Neste capítulo serão apresentadas as bases da educação sexual, explorando o conceito de sexualidade como uma dimensão complexa e multifacetada da experiência humana, que se constrói a partir de interações sociais e culturais, além de fatores biológicos, levantando a importância de compreender e considerar o desenvolvimento infantil no processo educacional. Por fim, é ressaltado a importância do papel da escola como um espaço de reflexão e aprendizado, reconhecendo a influência de questões históricas e culturais nas identidades e relações sociais, assim como promovendo uma Educação Sexual para respeito à diversidade e prevenindo a violência sexual.

2.1.1 O conceito de Sexualidade

A sexualidade é uma dimensão humana que, apesar de estar relacionada a fatores biológicos e naturais, sua construção é social. Segundo Nunes (2005, p. 16)

é o “terreno híbrido entre o pessoal e o social, encruzilhada confusa onde se articulam o ser e o existir individual e coletivo de cada um de nós”, como também aponta Maia e Ribeiro (2011, p. 75-76), ao falar que é uma dimensão natural do ser humano, porém sofre interferências sociais e culturais:

A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização.

Sendo assim, é importante reconhecê-la como questão social e política, pois a maneira como é compreendida e discutida depende do meio a qual o indivíduo pertence e envolve controvérsias. Como aponta Reis e Alevato (2012) não há nenhuma conclusão científica ou definitiva que aponte um entendimento único sobre sexualidade, especialmente por sua profunda relação com o erotismo, o prazer, o corpo e a outros aspectos que não se reduz ao biológico, como a cultura, as relações de poder, nos modos de pensar e agir, entre outros.

Portanto, há quem considera a sexualidade como parte necessária para o desenvolvimento dos sujeitos, mas também há quem a considera como tema inadmissível para levantar debates em determinados âmbitos, principalmente no âmbito escolar, pois a julgam como imprópria e de responsabilidade da família, por este motivo, opta-se em não agir diante dela. Mesmo que no âmbito escolar seja recorrente depararmo-nos com situações voltadas para a sexualidade, muitas vezes elas são silenciadas e levadas como despercebidas, para que não seja preciso tratar do assunto.

Segundo Figueiró e colaboradores (2009, p. 38), existem instituições que reprimem e comumente evitam enfrentar “com serenidade e com tato necessário, brincadeira e comportamentos de ordem sexual, atribuindo-lhes uma gravidade e um caráter que, na realidade, não tem”. Destarte, situações que envolvem questões da sexualidade no interior das escolas, costumam ser anuladas e, assim como evitam-na para que não seja preciso discuti-la, também repreendem tais situações dando o posto de imoralidade. Essas reações demonstram o despreparo por parte da instituição sobre a sexualidade e suas questões, que devem ser tratadas com naturalidade, seriedade e embasamento teórico, longe dos preceitos socialmente impostos.

É importante frisar que a sexualidade inicia desde o nascimento do indivíduo, assim como a educação sexual ocorre também desde o princípio, sendo vivenciada no seio familiar e, logo mais, nos demais âmbitos sociais como a igreja e a escola. Desse modo, a concepção do que é a sexualidade depende do contexto em que o sujeito está inserido. De acordo com Nunes (1987, o. 31) “ao final da primeira infância, a sociedade já foi capaz de internalizar os discursos e comportamentos padronizados que configuram os papéis sexuais [...] e suas formas de expressão consentidas e esperadas”.

Desde o nascimento o indivíduo é inserido em um grupo social específico e, a partir disso, é educado para a construção de sua identidade humana e social, a generificação dos corpos torna-se uma realidade, pois educa-se para que os “objetivos” oriundos da heteronormatividade sejam alcançados. Como diz Souza (2023, p. 141 e 147) “fenômeno socioeconômico que regula a vida cotidiana”, assim como “é a partir da ciência, enquanto progresso humano-social, que se regula e define de forma fixa, estética e com um discurso de natureza, o que é homem e mulher”, essa é uma definição oriunda dos interesses da superestrutura.

Ainda de acordo com o autor, na sociedade capitalista “a sexualidade humana é sedimentada na construção social de uma natureza biológica do sexo” (*ibid*, p. 144), no qual engendra comportamentos sob a perspectiva de “sexo-gênero-sexualidade”. Essa concepção é passada para a base material, pois, como já foi dito anteriormente, o objetivo é controlar os corpos para além das forças de produção.

Para toda e qualquer intervenção e efetividade da educação sexual no espaço escolar, devemos considerar os conhecimentos que foram adquiridos pelos sujeitos desde seu nascimento através do convívio social, das relações interacionais com seus familiares e no convívio para além do âmbito familiar, em instituições como a igreja. Por este motivo, surgiram questionamentos sobre a compreensão do que é sexualidade, esta que influencia diretamente na educação sexual.

Sendo assim, a compreensão sobre sexualidade corrobora tanto pela ausência da educação sexual no ensino escolar, como também reforça e limita sua dimensão a abordagens biológicas. Ademais, este fator também influencia na formação dos pedagogos, principalmente por trabalhar comumente com crianças de 0 à 11 anos que, por muitos anos, foram consideradas como assexuadas. Essa compreensão, segundo Reis e Alevato (2012), surgiu na época em que a

sexualidade ficou sob a “proteção” da família burguesa e a destinou para dentro das casas, reservada ao princípio de segredo.

Comumente relacionam o sexo a sexualidade, tentam por todas as forças torna-los um só, mas é importante deixar claro que ambos são diferentes, visto que

Sexo diz respeito à relação sexual, enquanto que sexualidade abrange o sexo, porém, também: a comunicação, o afeto, o toque ou carícia, o amor e as regras sociais e culturais criadas em torno no comportamento sexual [...] Faz parte, ainda [...] o gênero, a identidade sexual e a identidade de gênero e a orientação sexual (Figueiró, 2018, p. 22)

Hoje, o controle e o entendimento da sexualidade voltados para o modelo médico patológico ainda está presente, principalmente se levarmos em consideração a concepção de educação sexual defendida nos documentos que abordam essas questões nos últimos anos. Portanto, para compreendermos a educação sexual e o seu papel social na construção do sujeito crítico, é preciso identificar como a sexualidade é entendida, visto que sua concepção está diretamente ligada a forma em que a educação sexual acontece, pois perpassam por aspectos culturais, valores religiosos, experiências de vida e caminhos próprios da subjetivação, de vivências pessoais e ao mesmo tempo sociais (Reis e Alevato, 2012).

Para Bona Jr. (2012, p. 39), a sexualidade é “a ponte, estabelecida entre o indivíduo e a sociedade, que possibilita o ir e vir dialético da construção da personalidade; é o “lugar” da relação que, nos atos de trabalho, constrói a subjetividade”. Portanto, as relações voltadas para a sexualidade aproximam as questões do ser biológico ao mesmo tempo em que é social, por isso abordá-la no âmbito escolar numa perspectiva emancipatória torna-se imprescindível para a construção social dos sujeitos dentro de sua individualidade, reconhecendo-a como produto da vida em sociedade.

2.1.2 Desenvolvimento Infantil

As abordagens da Educação Sexual englobam fatores biológicos e sociais, à vista disso, reforça-se a importância considerar o desenvolvimento infantil para a construção de uma educação respeitosa e igualitária. Não dá para falar sobre sexualidade e infância sem citarmos os estudos de Sigmund Freud que, apesar de considerar somente do ponto de vista biológico, foi um importante precursor sobre a

influência da sexualidade na construção dos sujeitos e das relações sociais. Desse modo, será exposto brevemente as fases de desenvolvimento infantil na primeira e segunda infância a partir de seus estudos.

De acordo com Siqueira e Trabuco (2013, p. 308), para Freud a sexualidade da criança manifesta-se desde o nascimento e que, segundo o teórico, o primeiro ano de idade do bebê é marcado pela fase oral, nele a boca é o símbolo de sua corporeidade e o prazer é sentido pelo ato de se alimentar, as autoras ainda evidenciam que “a libido está intimamente associada ao processo de alimentação e contato humano que vem associado ao ato de mamar”. No segundo ano de vida, desenvolve-se a fase anal que, marcado pela sensoriedade do corpo, a criança passa a ter controle das suas necessidades fisiológicas, “sua atenção se localiza no funcionamento anal”, que se torna o “centro das experiências e se inicia concomitantemente o controle do ambiente”.

A partir dos 3 anos de idade marca-se a fase fálica, nela a libido se focaliza nos órgãos genitais, a criança identifica suas genitálias e curiosamente passa a manipulá-la, mas não de forma consciente. Quando se inicia o processo de curiosidade quanto às genitais, que a criança procura identificá-la e passa a ter o interesse em manipulá-la, é importante que essas ações não sejam reprimidas, tão pouco fadadas ao negativo, mas que o adulto oriente a criança e “cesse” suas curiosidades, explicando-a para que servem e quais comportamentos não podem ser realizados em espaços públicos e de convívio.

Por volta dos 4 anos ocorre uma organização mental, psíquica e social. Segundo Nunes (1987) a identidade de ambos os sexos passa por significação e também pelo processo de descoberta e apropriação sobre si mesmo, sendo assim, com o ego centrado em si, a fase do egocentrismo é marcada pelo reconhecimento de si e do mundo, é o “eu” intelectual e o “eu” afetivo. É nessa fase que a criança se percebe como o centro das atenções e não consegue separar a fantasia do real.

O acompanhamento da família em cada uma dessas fases é de grande importância, pois instrui a criança em cada processo de seu desenvolvimento e à aproxima do que chamamos de humanização, posto que o ser humano “se constitui social e diminui os limites impostos pela animalidade” (Bona Jr., 2011, p. 26). O âmbito escolar, que também desempenha o papel de educar, deve abordar e aproximar a família a estes conteúdos contribuindo para a compreensão das fases

de desenvolvimento e na construção de uma nova concepção de sexualidade e educação sexual.

Aos 5 anos de idade a criança está na fase de identificação e espelhação, é período caracterizado pelos jogos imitativos, os meninos se identificam com a figura paterna e as meninas com a figura materna. É nesse período, através da imitação, que a criança passa a internalizar os papéis de gênero socialmente impostos. De acordo com Siqueira e Trabuco (2013, p. 308) dos 5 aos 10 anos é a chamada “fase de latência”, em que ocorre o fortalecimento da identidade sexual através do relacionamento com crianças do mesmo sexo, é nessa fase que as características sociais de gênero são embutidas na vivência das crianças, sendo necessário que meninos ajam como “homem” e meninas como “mulher”.

Essa fase costuma ser “efetivada” entre os 6 e 8 anos, pois a criança passa a frequentar a escola e lá desenvolve a ideia do impessoal, a partir disso busca por grupos que se identifica (Clube do Bolinha e Clube da Luluzinha) para o processo de legitimação. Ainda de acordo com as autoras, na fase da latência há o “conhecimento do mundo, inclusive do sexo” e “inicia-se a aprendizagem dos valores e papéis culturalmente aceitos” (*ibid*, p. 308).

Em todas as fases do desenvolvimento humano, o organismo passa por mudanças corporais, psíquicas e sociais, nesse sentido, além de reforçarmos as questões naturais do desenvolvimento da criança, também é importante considerar a influência que o meio social tem sobre ela.

Classificamos essa categoria para ser feita uma análise na fala dos docentes, com o objetivo de compreender como interpretam e lidam com a troca social que acontece no âmbito escolar, com as situações que lhes são apresentadas. Vale salientar que todas estas fases do desenvolvimento infantil não são fixas, mas que operam no sentido de compreendermos como funciona o desenvolvimento da criança nos aspectos físicos, cognitivos e psicomotores, assim como tenhamos o entendimento de como lidar com a criança, estipulando o que está de acordo com o seu desenvolvimento ou para além dele.

Ademais, as fases apresentadas por Freud também são um meio de compreensão das relações entre pares durante as vivências na escola. A criança não é um ser assexuado, assim, identificar as fases de desenvolvimento é um dos meios para lidar com situações postas por ela. Além do que, a forma que os professores interpretam essas ações no contexto escolar é importante para a

identificação de possíveis violências e abusos que a criança possa estar sujeita a enfrentar lá fora.

As autoras Siqueira e Trabuco (2013) salientam três pontos importantes para o trabalho da Educação Sexual desde a educação infantil, que são: primeiro compreender a história da sexualidade, o contexto das representações da sexualidade em cada período histórico, como se deu a dinâmica dos papéis sociais, os comportamentos sobre as relações. Segundo, as autoras falam sobre a importância de compreender a manifestações da sexualidade na infância, orienta que docentes se debruçam em teóricos que expliquem o desenvolvimento infantil. Por fim, mas não menos importante, falam sobre trabalhá-la didaticamente, para apresentar-lhes o tema de forma significativa e clara, a nível de cada turma e, é por este motivo, que reforçamos a importância de uma formação que considere os aspectos da Educação Sexual.

2.1.3 O papel da escola

O acesso à escola tem obrigatoriedade a partir dos 4 anos de idade e segue até os 17 anos, de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regida pela Lei nº 12.796/2013. Mas algumas crianças começam mais cedo na educação infantil por meio dos CMEI. Por frequentar a escola por muitos anos em sua trajetória de vida, é lá que se aprende e conhece diferentes regras de convívio social, como também é onde acessa os conteúdos historicamente acumulados.

Assim, a escola “possui um papel importante na sociedade, o de democratização, ou seja, levar os alunos a apropriar-se do conhecimento e da cultura historicamente produzida” (Pereira e Franciolini, 2011, p. 100), é nela que ocorre o encontro de dois mundos, o formal e o informal. Apesar de ser um espaço destinado ao aprendizado, as crianças não chegam nela sem nenhum conhecimento, muito pelo contrário, já carregam consigo um enumerado de saberes que foram apreendidos em suas vivências fora dela. De acordo com Maia e Ribeiro (2011), quando o indivíduo passa a frequentar a escola, já carrega consigo valores e concepções acerca da sexualidade, transmitidos pelo meio em que vive.

Por este motivo reforçamos a fala de Braga e Ribeiro (p. 14) que diz, “se a escola é um espaço privilegiado para o saber científico, e não um mero apêndice ou continuidade das lógicas do espaço doméstico, assim é fundamental que não

reproduza o que ocorre no cotidiano da sociedade”. Desse modo, mesmo que a escola seja compreendida como espaço de reprodução das relações de produção, como veículo de dominação de classe (Cury, 1986), nela também há possibilidades de produzir novas relações.

A educação como uma prática social molda as pessoas por meio da apropriação do conhecimento, desse modo, a escola como parte do sistema capitalista é produtora e reprodutora de conhecimentos, costumes e controles. O professor, trabalhador intelectual, torna-se uma peça chave para manter as relações de poder do sistema hegemônico, entretanto, é também por meio dele que há possibilidades de transformação da realidade. Como aponta Graça Baptista (2012, p. 263),

Compreender sua função social é, para o professor, [...] optar conscientemente pela manutenção da sociedade capitalista ou pela construção de uma sociedade nova [...] As instituições, como aparelhos de Estado, tendem a difundir valores que reproduzam e garantam a dominação e a direção hegemônica da classe dominante, entretanto, essas instituições, atravessadas pelas contradições, também podem possibilitar às classes dominadas a construção de uma nova concepção de mundo. [...] Nesse sentido, a escola, mesmo em uma sociedade capitalista, pode fornecer elementos para a elaboração de uma nova concepção do mundo capaz de se opor à ideologia da classe dominante.

Ao reconhecer a escola como espaço privilegiado para a mediação e acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, pontuamos que cabe-na o papel de mediar o conhecimento, assim como criticar as ideias do sistema vigente, que resume as relações sociais ao modo de produção. Assim, cabe à escola ser laboratório de novas significações e vivências, não de forma superficial (Nunes, 2005), mas sim oportunizando que crianças, jovens e adultos explorem suas curiosidades, no qual possam abordar, discutir e debater sobre suas inquietações a partir do saber científico.

O real papel da escola é clássico, ou seja, a transmissão-assimilação do conhecimento científico. Consciente da necessidade da transmissão do conhecimento científico e a importância da historicidade humana para a formação do homem [...] Saviani (2005) atribuiu à escola o papel das transformações por meio do saber elaborado, possibilitando, assim, aos indivíduos a superação das formas de organização social vigente e da divisão das classes sociais. (Pereira e Franciolini, 2011, p. 100)

Portanto, o papel da escola perante a Educação Sexual é buscar desenvolver em seus participantes o senso crítico e reflexivo de suas próprias ações e das

relações sociais, desempenhando um papel importante no respeito à diversidade. Ademais, é seu papel oportunizar o aprendizado dos aspectos gerais da sexualidade e das relações humanas com base na história da sociedade, uma vez que o ser humano não se resume a fatores biológicos, ela também é uma combinação das vivências sociais, resultado da ação de homens e mulheres sobre o meio em que vive, isto posto, é primordial que a escola eduque em uma perspectiva emancipatória.

E, por fim, diante da realidade em que vivemos e das propostas governamentais quanto aos programas de prevenção e combate à violência sexual, cabe a escola o papel de posicionar-se diante destas questões, assim como aborda-las com uma linguagem clara e de acordo com o nível do público que a frequenta. Como aponta Landini (2011), o âmbito escolar é essencial para educar crianças e adolescentes sobre seus direitos e assegurar ações preventivas contra a violência sexual, como também é imprescindível que tenha aporte suficiente para lidar com as situações que lhe são postas no dia a dia.

3. EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: MARCOS LEGAIS

Ressaltamos o contexto da formação de pedagogos por entender que este não está descolado da leitura social que se faz em nosso país sobre a educação sexual e os temas que aborda. Segundo Oliveira e Maio (2012, *apud* Saviani, 2009), a recomendação para formação docente teve início no século XVII, mas sua institucionalização só ocorreu no século XIX. No Brasil, manifestações sobre formação docente ocorreram após a Independência.

Mas foi somente nos anos 1990 através da LDBEN 9394/96, que a formação do professor da educação básica passou a ser considerada a nível superior, como curso de licenciatura e graduação plena, realizado pelos Institutos Superiores de Educação (ISE):

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal. (Brasil, 1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) se refere à formação docente de modo geral, abrangendo todos os cursos de licenciatura. Anos depois foi elaborado o Parecer CNE/CP 05/2005 que tornou-se um dos documentos que rege o curso em Pedagogia, nele são apresentadas informações sobre o referido curso, no qual abordam sua história, objetivos, princípios, finalidades, perfil do discente, dentre outras informações necessárias para direcionamento do curso nas diversas instituições de ensino superior. Vale salientar que dentre os documentos que o direcionam, este é o único que cita a educação sexual.

Na organização curricular do curso de Pedagogia, como já foi dito anteriormente, deverão ser observados, com especial atenção, os princípios constitucionais e legais [...] no sentido de que a formação de professores, nas suas fases inicial e continuada, contemple a educação dos cidadãos(ãs), tendo em vista uma ação norteada pela ética, justiça, dialogicidade, respeito mútuo, solidariedade, tolerância, reconhecimento da diversidade, valorização das diferentes culturas, e suas repercussões na vida social, de modo particular nas escolas, dando-se especial atenção à educação das relações de gênero, das relações étnico-raciais, à **educação sexual**, à preservação do meio ambiente articuladamente à da saúde e da vida, além de outras questões de relevância local, regional, nacional e até mesmo internacional. (Brasil, 2005, p. 10) (grifo nosso)

Já na Resolução CNE/CP N° 1, de maio de 2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, a educação sexual não é mais citada, tão pouco abordada. Entretanto, no documento é mencionado o respeito à diversidade e, dentre elas, a diversidade de gênero e de “escolhas sexuais” (Brasil, 2006, p. 2). Sendo assim, é uma demonstração nítida de como ela vem sendo tangenciada nos espaços da formação docente, como já dito anteriormente.

Nos últimos anos, desde 2019, o Governo Federal levanta discussões sobre o combate a violência sexual de crianças e jovens, mas, não fala sobre pontos importantes como capacitação de professores e a Educação Sexual nas escolas. Desse modo, por mais que tenha sido pautada nas discussões educacionais desde os anos 1960, pouco foi considerada durante a formação docente, em especial na formação de pedagogos.

Desde os PCN's a educação sexual vêm sendo situada no âmbito educacional, porém os cursos de licenciatura não abordam conteúdos sobre sexualidade e Educação Sexual, reforçando o despreparo dos docentes para

lidarem com determinadas situações no âmbito escolar. Sem pretensão de esgotar o tema, abaixo traremos alguns documentos que fazem relação da educação sexual à educação básica, em especial ao ensino fundamental - anos iniciais, com o objetivo de apresentar algumas análises de como se referem a ela.

3.1 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997

No Brasil, a institucionalização da Educação Sexual teve maior reconhecimento com os Parâmetros Curriculares Nacionais, diretrizes que orientam a educação. No documento de 1997, foram abordadas questões como sexualidade, educação sexual e orientação sexual explicitamente, compreendendo-as como tema transversal que devem ser abordados da 1ª a 4ª série. Em 1998 foi publicado o terceiro e o quarto ciclo (5ª a 8ª série) do ensino fundamental, porém, a expressão 'Educação Sexual' já não estava mais presente no documento, tendo a nomenclatura substituída por 'Orientação Sexual', entretanto, a abordagem esclarecedora se manteve.

3.2 Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001

Em 2001 foi publicado o Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento educacional do país, dentre os objetivos e metas, é citada a educação sexual como um dos temas necessários para ser incluído nas diretrizes curriculares nos cursos de formação docente:

12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, **educação sexual**, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais (Brasil, 2001, p. 35) (grifo nosso).

Sendo um dos poucos documentos que cita a educação sexual de maneira explícita, o PNE de 2001 apresenta algumas discussões que foram levantadas nos anos 90 com os PCN'S, principalmente ao falar sobre gênero, pluralidade cultural, respeito mútuo e a educação sexual como temas transversais, considerando-os como necessários na (e para) a formação docente.

3.3 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica de 2010

Mais tarde, em 2010, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, nela não está explícito a abordagem da Educação Sexual na educação básica, porém aborda questões como respeito à diversidade e igualdade de gênero. Cassiavillani e Albrecht (2023, p. 14) salientam que “apesar de por vezes não haver uma menção nominal, todos esses documentos contam com uma presença forte da educação sexual, uma vez que colocam centralidade nas questões por ela abarcadas”.

3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos

Ainda em 2010, foram homologadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, época em que o ensino fundamental foi acrescido de mais um ano. Neste documento foram abordadas questões como sexualidade e gênero, conforme prescrito no artigo 16:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento **devem articular em seus conteúdos**, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a **abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual**. Temas como saúde, **sexualidade e gênero**, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes [...] devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo (Brasil, 2010, p. 5) (grifo nosso).

Apesar de não citar a educação sexual diretamente, temas relacionados a ela são postos de forma explícita, no documento são apontados como temas abrangentes que afetam a vida humana em suas diversas dimensões. Essa concepção deixa claro como a educação sexual e a sexualidade são compreendidas, relacionadas não somente a fatores biológicos, mas também sociais.

3.5 Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014

No ano de 2014 foi publicada mais uma versão do PNE para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, entretanto, apesar de se considerado

um documento recente que definiu 10 diretrizes para guiar a educação brasileira, não abordou a educação sexual, tão pouco conceitos como sexualidade e gênero, quanto ao termo diversidade, é numa perspectiva mais ampla. Há um esvaziamento da pauta e de tudo aquilo que a engloba, consequência dos fatores políticos, em que o Estado sofreu (e ainda sofre) uma grande pressão de instâncias mais conservadoras. Segundo Cassiavillani e Albrecht (2023, p. 16) estes episódios que negam e superficializam a educação sexual, só demonstram como ela “é facilmente rifada frente à pressão de setores mais conservadores”.

3.6 Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014

Em novembro deste mesmo ano foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE) que, de acordo com o Ministério da Educação (2023), são fundamentais e estratégicas “para a promoção da participação e como espaços de debate e formulação da política educacional”. Ao contrário do PNE, no documento final da conferência, são evidenciadas a abordagem de temas como orientação sexual, sexualidade e gênero, mas também não mencionam a educação sexual. A CONAE é uma conferência para discutir questões da Educação Nacional de forma ampla, mas tratar destes temas não foi o suficiente para torná-los presentes nos documentos oficiais seguintes, como na BNCC por exemplo.

3.7 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017

De 2015 a 2017, tendo como base alguns dos documentos citados acima, ocorreu a elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas. Nas primeiras versões, de 2015 e 2016, temas como orientação sexual e sexualidade são abordados desde o ensino fundamental - anos iniciais. Mas, como assinala Cassiavillani e Albrecht (2023), a Educação Sexual não “entra” nesse contexto e a versão da BNCC que foi homologada em 2017, aborda os temas numa perspectiva biológica destinada para as aulas de ciências no ensino fundamental - anos finais, ou seja, pontua que sejam trabalhadas somente a partir do oitavo ano do ensino fundamental e desconsidera a importância dos temas para a formação dos indivíduos desde a educação infantil.

3.8 Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas escolas de 2022

Em 2022 foi aprovado o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas Escolas que, apesar de abordar o assédio sexual, não situa a educação sexual, tão pouco conceitos como sexualidade, diversidade e gênero, mesmo que dentre os objetivos do programa, hoje outorgado na Lei nº 14.540/2023 e intitulado de Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, estejam:

prevenção e o combate à prática do assédio sexual nas instituições de ensino; **capacitação de docentes e equipes pedagógicas para o desenvolvimento e a implementação de ações destinadas à discussão, à prevenção, à orientação e à solução do problema nas instituições de ensino**; implementação e disseminação de campanhas educativas sobre a conduta de assédio sexual, com vistas à informação e à conscientização dos atores envolvidos no processo educacional e da sociedade (Brasil, 2022) (grifo nosso).

Apesar de o documento fazer referência a formação docente em Educação Sexual, mesmo que não utilizando o termo citado, essas ações não se tornaram uma realidade. A Educação Sexual e temas como sexualidade e gênero continuaram sendo desconsiderados nas discussões voltadas para a educação, nos projetos de formação continuada e também nos cursos de licenciatura.

3.9 Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente de 2022

Ainda nesse mesmo ano foi publicado o Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, que altera o Decreto nº 9.579, de novembro de 2018, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente. Nele não especifica o papel da escola e do professor, porém é o único documento que cita a “educação sexual abrangente”, além de contemplar a formação de profissionais e participação da família, como indica no artigo 125-E:

§ 1º São diretrizes do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência:
[...]
IV - **educação sexual abrangente**;

- V - formação e capacitação de profissionais que atuem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e de adolescentes;
- VIII - participação da família nas ações de prevenção primária ao risco sexual precoce;
- IX - fortalecimento dos vínculos familiares para redução de causas e de fatores de risco sexual precoce [...] (Brasil, 2022) (grifo nosso)

Nos últimos tempos a educação sexual vem sendo tangenciada, uma vez que é abordada indiretamente ao debater a prevenção e o combate a violência e assédio sexual, porém, apesar de dar centralidade a questões que a integra, a mesma não é mencionada em nenhum dos documentos. Sendo assim, apontam a importância da prevenção, mas não apresentam estratégias, habilidades e conteúdos que poderiam ser trabalhados nas escolas por meio da Educação Sexual, tão pouco aborda a importância da formação docente.

A ênfase do papel do professor na luta contra a violência e assédio sexual só foi reconhecida num Webinário, em 2022, destinado para debate sobre a prevenção à violência sexual nas escolas. Porém, no evento online para fins educacionais, foi indicado somente o site ‘Facabonito.org’, que apresenta materiais sobre o tema e “assim, gestores, professores e outros agentes educacionais podem se orientar e estar melhor preparados para educar os estudantes” (Brasil, 2024), não reconhecendo a necessidade de uma formação em Educação Sexual para tratar os temas no âmbito escolar de forma esclarecedora, respeitável e responsável a nível das turmas.

3.10 Programa Saúde na Escola de 2023

Por fim, no ano de 2023 foi anunciado o Programa Saúde na Escola, desenvolvido pelo Ministério da Educação em conjunto ao Ministério da Saúde. De acordo com a Secretaria de Comunicação Social (2023), a “educação sexual é uma das ações prioritárias a serem cobertas” pelo programa, assim como volta ao rol de ações do Saúde na Escola como “saúde sexual e reprodutiva e prevenção a HIV/IST”. É importante destacar que nesse contexto ela é compreendida na perspectiva médico patológico, pois visa apenas questões como saúde, gravidez na adolescência e IST 's, desconsiderando outros fatores como relações sociais, que são concernentes a educação sexual e a sexualidade, como destaca Figueiró e colaboradores (2009, p. 51)

A discussão contemporânea a respeito da sexualidade na escola tem sido exercida, em particular, sob dois pontos de vista: **uma visão higienista**, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, e uma visão biológica, onde a ênfase é para noções de biologia, anatomia humana, comparações entre reprodução animal e o fenômeno humano de nascer, **reduzindo a questão da sexualidade à reprodução**, puberdade e amadurecimento sexual; (grifo nosso)

Como visto anteriormente, com o passar dos anos é percebido que a cada proposta nos documentos educacionais, a educação sexual é tangenciada, pois apesar de não ser citada nos documentos de forma explícita, são apresentados assuntos concernentes a ela, alguns mencionados de maneira tão tímida, que aparecem diluídos dentro do discurso da diversidade, ficando a mercê da interpretação do leitor dada ao texto (Cassiavillani e Albrecht, 2023). Além disso, a maneira em que é proposta a abordagem da educação sexual - claro que sem mencioná-la - é superficial, reforçando os estereótipos de que trata-se somente de questões em torno do sexo e para níveis de ensino médio, desconsiderando os demais níveis.

4. A CONCEPÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Para o materialismo histórico dialético, o professor é um trabalhador intelectual e a ele é delegada a socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Entretanto, nas sociedades capitalistas, esse conhecimento encontra-se vinculado ao processo de produção e reprodução de ideias dominantes, mas também não dominantes. Essas ideias são veiculadas pelas instituições sociais, entre elas a escola. Portanto, todo conhecimento é produzido intencionalmente através das relações sociais e, na escola, essa intencionalidade está diretamente relacionada à concepção do mundo do professor, o que determina, em última instância, sua ação pedagógica.

Nesse sentido, neste capítulo nos voltamos para a análise da concepção docente acerca da educação sexual no que se refere à sexualidade, desenvolvimento infantil e o papel da escola. Nesse sentido, falar sobre educação sexual no âmbito escolar de forma institucionalizada voltada para o ensino fundamental - anos iniciais, é buscar compreender como ela é abordada na

formação de pedagogos, assim como identificar qual é a compreensão que os egressos do curso de Pedagogia da UFPB têm sobre o que é a educação sexual e como a realiza nas escolas.

Dando sequência à nossa análise, iremos averiguar como a educação sexual é incorporada ao PPC de Pedagogia da UFPB, sinalizando as diretrizes que o orientam. Essa investigação nos permitirá entender se o documento propõe um currículo que contemple a diversidade e a complexidade das questões relacionadas à educação sexual, preparando os pedagogos para atuar de forma crítica e consciente no ambiente escolar. Por seguinte, serão apresentadas as reflexões desenvolvidas a partir das entrevistas realizadas com pedagogos formados pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB nos últimos 5 anos.

4.1 A Educação Sexual no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia

O Projeto Pedagógico do Curso é um documento necessário para a organização acadêmica, nele estão informações importantes sobre o referido curso, como objetivos, metas, diretrizes e os componentes curriculares. Ademais, aborda questões sobre o desenvolvimento acadêmico do aluno, pontua o conjunto de ações para o alcance dos objetivos apresentados, sua carga horária e, a depender da sua produção, também apresenta os ideais do curso, se é numa linha mais crítica ou não.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFPB foi elaborado em outubro de 2006, por já ter completado sua maioridade, é consideravelmente antigo. De acordo com o próprio documento, sua construção foi desenvolvida a partir de uma leitura crítica de documentos e informações, refletindo sobre as diretrizes que orientam a prática educativa e a formação do pedagogo, sempre em sintonia com as demandas contemporâneas. Por esse motivo, propõe-se uma formação que abrange Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e demais áreas que requerem conhecimentos pedagógicos.

O referido documento tem como base legal a LDB 9394/1996, o Parecer CNE/CP 05/2005, a Resolução 34/2004 CONSEPE/UFPB e a Resolução CNE/CP N° 1, de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Vê-se, a partir do exposto, que ele considera

documentos e diretrizes nacionais e da própria instituição, como a Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004, que orienta a elaboração e reformulação dos PPCs dos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba.

Como citado anteriormente, um dos documentos de base do PPC de Pedagogia é a LDB 9.394/96, esta que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Vale ressaltar que a partir dela, a formação do professor da educação básica passou a ser realizada em Instituições de Ensino Superior. Reforça-se a grande valia do curso em relacionar a formação docente aos “parâmetros” da educação básica, assim como aos pressupostos do ensino superior. Mas, apesar de este documento tratar das questões da educação nacional, o mesmo não se refere à educação sexual, a sexualidade, diversidade e gênero, como se estas fossem temáticas distantes e inexistentes no âmbito educacional.

Os demais documentos utilizados como base para a elaboração do PPC do curso de Pedagogia da UFPB foram, o Parecer CNE/CP 05/2005, que refere-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e a Resolução CNE/CP N° 1, de maio de 2006 - que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Como já dito no capítulo 5, Formação de Pedagogos em Educação Sexual, o Parecer de 2005 menciona a educação sexual, no entanto, ao avançarmos para a Resolução de 2006, este conceito é mencionado.

A disciplina Educação Sexual está presente na grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba desde o PPC 1996, este que foi desenvolvido a partir de uma longa discussão da comunidade acadêmica, como citado no próprio documento. Porém, durante a análise do PPC vigente, de 2006, percebemos questões como educação sexual, sexualidade e gênero não são abordadas, mesmo sendo temas tão atuais e que tiveram ênfase desde os anos 1990.

De acordo com o exposto no documento, as propostas pedagógicas visam superar a dicotomia entre teoria e prática, enfatizando um currículo que valorize as experiências dos alunos, permitindo-lhes refletir e otimizar sua prática profissional, capacitando-o a atuar em processos sociais e desenvolver alternativas para as problemáticas atuais. Ademais, apresenta informações sobre a área de aprofundamento em Educação Especial e, ainda assim, considerando a análise desenvolvida, percebe-se que há um distanciamento entre a reflexão e a prática

pedagógica, já que pautas como diversidade, inclusão e acessibilidade não são abordadas.

No mais, em competências, atitudes e habilidades, expostas no PPC do Curso de Pedagogia (2006, p. 14) pontua-se que o egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnicoraciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

Portanto, em relação à análise dos conteúdos apresentados no documento, é possível identificar que são apresentadas disciplinas com temáticas importantíssimas para os dias de hoje. Porém, as discussões presentes no documento deixam a desejar no posicionamento de ensino sobre questões atuais e que já estavam presentes desde sua elaboração. Além disso, apesar de enfatizar a influência das questões sociais e dar ênfase ao perfil de profissional que se deseja alcançar, crítico e consciente do seu papel social, há um esvaziamento sobre essa formação no documento de referência para o curso, pois, como dito anteriormente, não fundamenta discussões como diversidade, gênero, inclusão, sexualidade e educação sexual de forma explícita, mesmo sendo temas previstos na grade curricular.

Para continuidade e fundamentação da pesquisa, será feita uma análise das ementas das disciplinas de Educação e Diversidade Cultural e Educação Sexual. É por meio das ementas que os conteúdos curriculares são direcionados para alcançar os objetivos e perfil de formando expostos no Projeto Pedagógico do Curso. Na ementa são pontuados seus conteúdos pragmáticos e os caminhos que o docente responsável pela disciplina pode seguir. Porém, vale salientar que não é viável limitar a atuação docente a proposta da ementa, uma vez que há a possibilidade de

acrescentar outros saberes à disciplina concomitantemente ao que já é proposto, ou até mesmo só se apegar a um único tópico presente na ementa.

Vê-se relevância em analisar a ementa da disciplina de Educação e Diversidade Cultural por ser uma disciplina obrigatória do curso de Pedagogia e que aborda questões voltadas para a educação sexual. Portanto, sua análise se dá pelo fato de a mesma propor a abordagem de educação, gênero e identidade em diferentes culturas e, a depender do docente que a administra, temas como sexualidade, diversidade e educação sexual podem ser abordados amplamente, sendo até mesmo caracterizados a depender da cultura em que os indivíduos estão inseridos.

Educação e diversidade Cultural - 04 créditos - 60 horas

Ementa: O fenômeno da Educação nas culturas humanas. A questão do gênero e a identidade nas culturas. Manifestações culturais e educacionais nas distintas etnias. Pensamentos, ensinamentos e práticas antro-po-educacionais de alguns mestres da humanidade.

Ao analisar a ementa da disciplina de Educação e Diversidade Cultural, identificamos seu direcionamento para questões como gênero, identidade e educação na cultura da humanidade, ademais, percebemos o destaque a temas como pensamentos, ensinamentos e práticas antro-po-educacionais, que visa a relação existente entre sociedade, indivíduo e cultura. Por ser uma das disciplinas ofertadas na grade curricular e a única obrigatória que aborda questões de gênero no curso de Pedagogia da UFPB, considera-se que há uma proximidade com a educação sexual e os temas que a mesma aborda.

Mas, como dito anteriormente, é importante ressaltar que a abordagem desses temas irá depender da concepção da(o) docente que ministra a disciplina. Caso a(o) docente não considere importante abrir discussões sobre gênero e identidade, ou até mesmo sobre os ensinamentos e práticas antro-po-educacionais, a perspectiva da educação sexual emancipatória e institucionalizada não estará sendo realizada. Caso a(o) docente não acredite em desigualdade de gênero, por exemplo, haverá um esvaziamento nas discussões e, conseqüentemente, no aprendizado dos conteúdos da disciplina sobre cultura e relações de gênero, violências, sexualidade, relações de produção e muitos outros.

Quanto à disciplina Educação Sexual, destacamos a sua não obrigatoriedade, visto que é uma disciplina optativa voltada para diversos cursos da instituição, sendo

eles de licenciatura ou não. A disciplina é ofertada pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba que, de acordo com o PPC de Pedagogia, visa a “formação do educador reflexivo, crítico e ativo para atuar como agente transformador”.

Apesar de o Centro de Educação ofertar disciplinas para os cursos de licenciatura, discentes do bacharelado também têm a oportunidade de cursá-las como optativas. A disciplina Educação Sexual, parte do seu conteúdo é geral e pode ser de interesse de vários discentes, sejam eles licenciandos ou não, mas esse fato não tira a credibilidade dos seus conteúdos para a formação docente e sua influência no âmbito escolar.

Educação Sexual - 04 créditos – 60 horas

A filosofia da educação sexual. A evolução e historicidade da educação sexual. A dimensão social da sexualidade. Atitudes e valores com relação à educação sexual. Desenvolvimento psicosexual, infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola, metodologia e linguagem, manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial.

A ementa da disciplina apresentada acima, deixa claro a relação da educação sexual com a sexualidade, o desenvolvimento humano e as questões culturais. Ao docente que ministra a disciplina, há orientações para abordar a filosofia da educação sexual, seu contexto histórico e sua dimensão social, assim como aponta sua desenvoltura no âmbito escolar e familiar. Dentre os conteúdos mencionados na ementa, também damos destaque para “metodologia e linguagem”, visto que, quando propomos uma educação sexual institucionalizada e emancipatória, é necessário analisar qual a abordagem que se pretende fazer de acordo com o “nível” dos alunados dos futuros professores, assim como de eles terem aporte teórico para lidar com as manifestações de sexualidade das crianças, jovens e adultos.

4.2 Educação sexual e sexualidade

Antes de iniciarmos com a análise das entrevistas, será apresentado o perfil dos participantes. Ressaltamos que foram entrevistados 5 egressos do curso de pedagogia que atuam no ensino fundamental - anos iniciais, do 1º ao 5º ano, formados nos últimos 5 anos pela Universidade Federal da Paraíba. Além disto, para

a realização da entrevista foram selecionados 3 pedagogos que cursaram a disciplina Educação Sexual e 2 que não cursaram a disciplina.

Como dito anteriormente, encontramos um pedagogo que leciona nos anos iniciais do Ensino Fundamental para participar da pesquisa e, por ser difícil encontrar professores do gênero masculino que lecionam no EF devido às relações de gênero no Curso de Pedagogia, optamos por acrescentá-lo às entrevistas e utilizar sua perspectiva enquanto professor, pois agregaria uma nova perspectiva ao grupo de entrevistados, garantindo uma diversidade maior de experiências e visões no contexto da pesquisa.

Como aponta Gonçalves e Benitez (2022, p. 5), a docência já foi atividade exclusiva dos homens, mas, passou a ser realizada por mulheres ao longo dos anos, resultando na “predominância de mulheres na fase inicial da educação básica, indicando que as relações de gênero se fazem presente entre os profissionais da educação”. Ainda de acordo com as autoras, “estas relações construídas ao longo do tempo causam impacto no comportamento social e cultural, uma vez que passam a caracterizar funções consideradas adequadas a homens e mulheres”.

De modo geral, os entrevistados estão na faixa etária de 20 a 40 anos; todos apresentam formação continuada, prevalecendo especializações voltadas para a Educação Especial Inclusiva, como ABA e Psicopedagogia. Dentre os participantes, uma das pedagogas está no mestrado em educação. Levando em consideração as informações acima, ressaltamos que o período que lecionam no ensino fundamental varia de 9 meses a 3 anos, alguns iniciaram a carreira profissional ainda na graduação. A partir disso, para referenciá-los nas análises apresentadas no referido capítulo, utilizamos de nomes fictícios.

Os dados referentes às/aos participantes da pesquisa:

PARTICIPANTE	GÊNERO	IDADE	CONCLUSÃO DO CURSO:	DISCIPLINA: ED. SEXUAL	SÉRIE QUE LECIONA:
Ana	Feminino	36	2019	SIM	2° ano
Valente	Feminino	22	2024	SIM	2° ano
Elsa	Feminino	27	2022	NÃO	5° ano
Luna	Feminino	24	2023	NÃO	1° ano

Joseph	Masculino	38	2023	SIM	2° ano
--------	-----------	----	------	-----	--------

Voltemo-nos à análise da concepção dos professores acerca da educação sexual e sua concomitância à sexualidade, com o objetivo de identificar como os entrevistados costumam fazer essa relação e como desenvolvem suas atividades em sala de aula.

Ao falarmos sobre educação sexual, partimos de uma compreensão de que é um ato político que reflete no cotidiano dos sujeitos, pois sua abordagem perpassa por todas as facetas da humanidade. Como diz Nunes (2005, p. 33), “nossa ação no campo da educação sexual emancipatória é estratégia para a ação política sobre nosso tempo”, pois há um entrelaçamento de fatores biológicos e sociais que estão diretamente relacionados à compreensão dos sujeitos sobre si e sobre o outro, como também refletem as relações de produção e reprodução no cotidiano.

A partir dessa compreensão, destacamos que a fala dos entrevistados constituem esse ponto, pois ao questiona-los sobre o que é a educação sexual, a maioria destaca como um ensino para instruir crianças e jovens sobre o convívio social, para conhecer a si mesmo, sobre seus direitos e deveres, orientando-os sobre temas mais delicados como o abuso infantil, indo para além da educação higienista. Ressaltamos a unanimidade na fala dos pedagogos sobre o respeito ao outro, às diferenças e a prevenção ao abuso infantil, todos demonstrando estar cientes da importância dessa abordagem para desvendar ações violentas que podem acontecer com as crianças e que muitas vezes são despercebidas.

Fazer com que a criança tome consciência sobre o seu próprio corpo em diversos aspectos, por exemplo, questões de higiene básica, questões de cuidado e segurança e questão de limites, como impor esses limites tanto para adultos quanto para outras crianças que não tiveram esse conhecimento em meio a sua formação. (Valente)

Eu entendo ela como uma parte importante para a formação dos sujeitos, entendendo como um elemento crucial para a construção da personalidade do sujeito enquanto cidadão atuante, enquanto cidadão que se relaciona com outros, enquanto pessoa que troca, troca energia, troca sentimento, troca pensamentos com as pessoas. Então a educação sexual envolve todo esse entendimento do eu e do outro para o bom convívio social. (Joseph)

A educação sexual ela é para você se conhecer, pra você compreender o que é que acontece, é... em determinadas situações, para você conhecer o seu

corpo, saber o que é que as outras pessoas podem ou não fazer com o seu consentimento ou sem o seu consentimento. Porque, a gente vê muitos casos de violência, justamente porque a própria pessoa que é violentada não tem essa educação, não sabe que aquilo ali é errado e muitas vezes acontece e tem vergonha de falar [...] É esse processo de conhecimento de si, para saber o que é que a outra pessoa pode ou não fazer comigo, com o meu corpo. (Elsa)

A educação sexual para mim seria o ensino de questões do indivíduo, como lidar com questões mais sociais abertas do indivíduo, do eu. Seria mesmo a compreensão do que é a sexualidade, do que é as questões de gênero, as questões de saber exatamente sobre, questões até mesmo mais polêmicas, como o abuso, a questão de auxiliar sobre contatos não muito próximos ou que podem acabar causando um certo trauma para a criança. Seria isso. (Luna)

A fala da Ana também se aproxima do que foi dito pelos demais entrevistados, porém, ressaltamos o fato de que sua compreensão sobre educação sexual passou a ser outra durante o curso de Pedagogia, precisamente ao cursar a disciplina Educação Sexual:

Antes da pedagogia eu tinha uma visão de educação sexual e tinha aquele preconceito, que eu acho que a maioria das pessoas tem né?! Preestabelecido. [...] Ela [a Educação Sexual] fala sobre muitas coisas, não só também aquela parte das doenças que a gente já aprende em biologia e ciências né?! Ou sobre as partes do nosso corpo, mas além disso, falando sobre o próprio abuso que a gente pode trazer nas escolas né, que a gente vê muito acontecendo abuso sexual com crianças, com adolescentes né?! Falando também sobre a questão do respeito às diversidades que a gente encontra, né?! Essas coisas. Então após essa disciplina minha mente abriu muito em relação à educação sexual. (Ana)

Ao perguntar sobre o conceito de sexualidade, ela também deixa claro que antes do curso tinha uma compreensão já estabelecida e, após ter acesso aos aportes teóricos da disciplina de Educação Sexual, passou a ter outra. A fala de Joseph também segue a mesma linha ao afirmar que sua compreensão de sexualidades foi sendo desenvolvida a partir do curso de Pedagogia.

Antes da disciplina, pra mim sexualidade era a relação propriamente dita, ou ser homem e mulher né?! Depois da disciplina eu descobri que a sexualidade, ela era.. é abrangente né?! São várias coisas e não é somente isso. (Ana)

Ela partiu basicamente da minha formação, porque além de cursar a disciplina de educação sexual no curso de pedagogia, eu também, como eu disse para

você, fiz outras especializações na área, e na área de sexualidade, de gênero. (Joseph).

Considerando os aspectos compartilhados acima sobre o que compreendem por educação sexual e sua relação com o conceito de sexualidade, os entrevistados conseguiram fazer uma aproximação entre ambas, mas, ao contrário das falas anteriores, se diferenciam, cada participante apresenta um significado de acordo com sua perspectiva. Para Reis e Alevato (2012, p. 92) a sexualidade passa a “constituir as tecnologias de poder no século XX e que reforçam tanto o controle disciplinar dos corpos frente às demandas da produção quanto a regulação das populações por força de seus ajustamentos às condições econômicas.”

Ademais, ressaltamos que, apesar de a maioria considerar que a sexualidade está diretamente ligada à identidade, eles não citam as relações sociais e os fatores biológicos como determinantes para a construção da identidade do indivíduo, deixando subentendido que é mais uma questão pessoal e natural. Mas, como aponta Bona Jr. (2012), ao desenvolver análises sobre a sexualidade e seu papel na constituição do sujeito, não devemos anular as relações sociais e, com elas, as determinações históricas que o constituem.

Sexualidade para mim pode ser dividida em como a pessoa se sente, como ela se apresenta no meio social, sem se referir diretamente, como costumeiramente acontece, com o sexo, mas da liberdade dessa pessoa, dessa criança, se expressar e se apresentar como ela é. (Valente)

Eu entendo sexualidade como um aspecto múltiplo que forma o sujeito, forma a sua personalidade, sua identidade. E eu entendo como sexualidades, não no sentido singular, mas no sentido plural mesmo, que existem diferentes elementos que compõem essas sexualidades, seja o modo que eu me comporto, seja o modo que eu me visto, o modo que eu falo, com que eu me relaciono; tudo isso faz parte das sexualidades e a forma como eu vou expressá-las. (Joseph)

Dentre os entrevistados, um deles faz relação entre sexualidade e identidade, porém, afirma que essa é uma ação natural e biológica, diz mais sobre si e possíveis relações, mas que não está necessariamente correlacionada ao outro.

Sexualidade eu entendo como a forma que você se identifica. [...] porque eu acredito que seja muito amplo, é mais do eu pessoal, na questão mesmo da

palavra sexualidade que a gente tenta abranger. [...] Eu acredito que seja algo natural. (Luna)

Considerando as falas citadas acima, não há equívocos sobre a questão natural da sexualidade, mas a maneira como o indivíduo se identifica, se percebe e se reconhece, está diretamente ligada a fatores sociais, pois a compreensão do que é ser homem e ser mulher, como deve se vestir, se comportar e se expressar são construções sociais. Desse modo, o sujeito sofre influências sociais e culturais sobre o que é ser “homem” e “mulher” e, conseqüentemente, em como deve agir socialmente. No momento em que os comportamentos socioculturais são compreendidos como de natureza biológica, as relações de poder, a desigualdade de gênero e a heteronormatividade passam a ser biologicamente “confirmadas”. Para Elsa está clara essa relação ao dizer:

Eu compreendo que a sexualidade vai além das questões biológicas, sabe?! [...] está muito mais ligada à identidade sexual do ser humano. Aquilo que você é, se identifica, que você gosta e tudo mais, tá muito mais ligada a essas questões. [...] Então eu vejo a sexualidade por essa perspectiva, de que vai além das questões meramente biológicas, que é mais uma questão de construção social também, sabe?! A gente vê que essa perspectiva da sexualidade biológica, ela foi muito alicerçada nesse pensamento ainda da nossa sociedade [...] a gente já nasce numa sociedade que estipula isso aqui é bom e isso aqui é ruim, olhe você nasceu com sexo feminino, biológico feminino, então você é mulher e pronto. Então você vai ter que casar, ter filhos e acabou. [...] Ela vai muito além do sexo em si, do gênero e tudo mais [...] é uma questão também que você constrói dentro de você, sabe?! Na sua mente. Eu acho que ainda falta esse pensamento na nossa sociedade, que não é só uma questão biológica, mas que é uma construção social e que a própria pessoa vai se conhecendo e a parte do conhecimento de si é que vai construindo a sua sexualidade.

Como visto acima, é possível afirmar que a perspectiva dos egressos envolve o educar sobre sexualidade para o respeito ao próximo, de maneira que rompa as barreiras da desigualdade, diante de uma sociedade que estipula comportamentos e classifica corpos por suas características externas, tanto físicas quanto biológicas. Assim, quando questionados sobre o conceito de sexualidade, fazem uma relação a identidade, mas não são todos que consideram os fatores sociais que influenciam em sua construção, até mesmo na compreensão do que é identidade.

Dentre as análises feitas a partir das falas apresentadas, destacamos que, aqueles que cursaram a disciplina Educação Sexual reconhecem que a

compreensão que tem sobre o tema foi sendo desenvolvido a partir de sua formação em Pedagogia, em contrapartida, aqueles que não cursaram a disciplina, relacionam seus conhecimentos a experiências anteriores e fora do curso, ou seja, por meio de suas vivências.

No tópico a seguir faremos uma análise sobre a concepção dos pedagogos sobre a educação sexual e desenvolvimento infantil e como é feita essa relação.

4.3. Educação sexual e desenvolvimento infantil

De acordo com Siqueira e Trabuco (2013, p. 297), nos dias de hoje é evidente a “necessidade e a importância da educação sexual no desenvolvimento infantil, e mais ainda, esta deve fazer parte da Educação Escolar”, pelo fato de vivermos em um meio sexualizado. Crianças e adolescentes acessam cada vez mais cedo conteúdos impróprios para suas respectivas idades, assim como absorvem preceitos constitutivos de suas relações sociais, na maioria das vezes tendo a repressão como um viés educador, principalmente quando se trata de sua sexualidade.

Por este motivo, a ausência da Educação Sexual institucionalizada, que deveria estar presente no interior das escolas, contribui para a inquietação entre os sujeitos sobre si mesmos e sobre o outro, assim como, favorece a uma busca por informações em espaços inapropriados, sendo a mídia e os meios de comunicação os mais utilizados, mas sem nenhuma garantia de ser uma fonte confiável.

E, ao chamarmos a atenção para a importância da Educação Sexual nas escolas, não podemos reduzi-la ao modelo normatizador que impõe moralidade e enquadra os sujeitos a comportamentos “socialmente aceitos”, mas sim, visando o modelo educacional que direcione os sujeitos para uma compreensão abrangente e crítica sobre si e suas relações. Por este motivo, reforçamos sua importância na formação dos pedagogos, que passam a ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado, com possibilidades de desenvolver o pensamento crítico, para assim, quando estiver lecionando, tenha embasamento teórico para intervir nas vivências dos seus alunos de maneira sutil e positiva.

A partir do que foi apresentado acima, buscamos compreender como os entrevistados fazem relação entre a educação sexual e o desenvolvimento infantil. Neste tópico daremos atenção a prática dos docentes, sua abordagem pedagógica e os mecanismos que utilizam para alcançar com efetividade a aprendizagem da

criança, visto que, para educar sobre sexualidade e educação sexual, é necessário adequar as temáticas de acordo com o nível da turma, levando em consideração a idade, o entendimento das crianças e os conteúdos que se encaixam a eles.

Ao questioná-los sobre a educação sexual e o desenvolvimento infantil, todos apresentam que esta relação é real, reforçando que é preciso ter conhecimento sobre o processo de desenvolvimento infantil para, assim, saber lidar com as indagações apresentadas por seus alunos, mesmo que seja necessário uma intervenção “velada”.

Quando tem alguma pergunta, alguma coisa assim, eu tento de uma forma mais branda possível tentar explicar né, a situação. [...] eu tento falar de uma forma mais branda, por cima possível pra não causar tanto impacto talvez. Porque também não é a realidade das crianças lá daquela escola, por conta dos pais serem cristãos né?! Evangélicos propriamente dito. (Ana)

Bom, ela [Educação Sexual] é bem complexa e depende do ambiente e da faixa etária em que está inserida. Eu começo a trabalhar ela desde a educação infantil, falando sobre o corpo humano de maneira mais ampla, sem me prender necessariamente a partes específicas e depois posteriormente falando sobre a importância de cada uma delas. [...] Mas com relação à prática, eu considero ela necessária em todos os níveis de ensino, não tem essa de a criança é muito pequena ela não vai entender, ela vai, você adaptando a linguagem pra linguagem dela, ela vai, você pode começar a fazer isso desde muito cedo. [...] Já me ocorreu de ver casos em que alunos que estão se descobrindo, se tocam de maneira inadequada na aula e não compreendem o porquê de não poderem continuar fazendo isso, então, falar em linguagem clara pra a criança que aquilo é íntimo dela, que aquele não é o ambiente apropriado, que por vezes vão haver ambientes e situações de pessoas que não deveriam, vão observar aquela cena, que ela tem que se cuidar com relação a isso. (Valente)

Justamente por isso que eu te falei inicialmente, as crianças, elas são curiosas. Então elas perguntam, elas querem tocar no corpo do colega, quando elas tocam, não é no sentido sexual, mas é no sentido da curiosidade. Então se não há um acompanhamento, se não há um diálogo sobre essas questões, não no sentido da repressão, mas no sentido do esclarecimento, as crianças vão se desenvolverem com aquela... oprimidas, e aí podem desenvolver algumas patologias, algumas agressividades, se sentirem menos capazes, com receio de expressar o que sentem, podem se tornarem adultos nesse lugar da repressão mesmo. (Joseph)

As crianças estão sempre em constante contato com o seu próprio corpo, são curiosos e tudo mais, querem se conhecer. Então, por exemplo, citando um fato que aconteceu lá na escola, duas crianças do segundo ano, duas meninas estavam se beijando dentro do banheiro. E aí, imagina se a gente não tem essa perspectiva de compreender que isso é algo natural desse processo de

conhecimento delas, né? A gente poderia ter tratado essas meninas de maneira incisiva, você não pode fazer... Não, a gente só conversou, disse que ela tem que conhecer o próprio corpo e tudo mais, mas a partir daquilo que a professora vai ensinando dentro da sala de aula, né?! [...] E eu acho que quando você não fala, você cria um certo medo nas crianças de falar o que tá acontecendo, o que é que ele tá querendo descobrir, sabe? (Elsa)

Eu acredito que seria algo que deve ser de forma levada às crianças com certo cuidado, mas que é algo necessário e que deveria ser apresentada todas as nuances que envolvem essas questões da sexualidade. [...] seria exatamente sobre mostrar toda essa concepção de gênero, essa concepção mais ampla da sociedade e que envolve também a sexualidade. (Luna)

Ainda na perspectiva de compreender a relação entre educação sexual e desenvolvimento infantil, Valente deixa claro o porquê é necessário compreender as fases do desenvolvimento infantil, justamente para saber intervir nas manifestações apresentadas pelas crianças desde a educação infantil, não de maneira incisiva, mas sim, compreensiva e respeitosa.

Por vezes a criança apresenta comportamentos socialmente inadequados sem compreender o que ela está fazendo. E aí, do que vai adiantar eu dizer para ela “fulano, para de fazer isso, isso é feio, isso é horroroso”? Ela vai achar que é feio e horroroso, mas não vai compreender o que é, então ela vai tentar fazer isso escondido e isso pode fazer com que outros se aproveitem dessa situação. Se eu compreendo que ela está numa fase de desenvolvimento de descobertas e que é importante falar as motivações de tudo e para tudo, principalmente para conscientizar, eu tenho que compreender a idade em que aquela criança se encontra, em que fase ela está e explicar no vocabulário dela o que ela precisa compreender sobre isso. Então, não adianta eu falar com uma criança de 3 anos como se ela tivesse 6. Do mesmo jeito, eu não posso falar com um adolescente de 15 como se ele tivesse 5, são linguagens e propostas diferentes que devem ser trabalhadas no ambiente educacional e que devem ser evitadas os tabus, porque quanto mais a gente enrola, mais perguntas surgem e mais pra outro lado essas crianças podem levar.

Em contrapartida, maioria dos entrevistados falam sobre as crianças estarem “à frente” da idade e, a sexualização infantil, vem sendo, para eles, consequência do acesso às telas sem supervisão, proporcionando que crianças e jovens acessem conteúdos e informações impróprios para suas idades, resultando em atitudes e brincadeiras sexualizadas em sala, tendo comportamentos que vão além do seu nível de desenvolvimento e da sua idade.

Eu percebo as crianças atuais, eu digo atuais porque não lembro da minha época né, mais sexualizadas é... em relação a quê? em relação ao próprio entendimento sobre o que é a sexualidade, né?! lá são crianças que eu percebo que tem esse entendimento, porém elas se limitam muito a falar, porque talvez em casa são corrigidas né?! (Ana)

E com o acesso à internet, a gente percebe que muita coisa mudou, né? Eu tenho alunos que claramente não têm supervisão ou essa supervisão não acontece da maneira que a gente creia que deveria.[...] eu creio que eu tenho alunos, principalmente meninos, que já têm acesso à pornografia. Inclusive foi um aspecto que eu conversei com alguns pais. (Valente)

Eles estão reproduzindo aquilo que eles geralmente escutam em casa, escutam ali quando estão brincando na rua, que tem os adultos, tem os adolescentes que estão o tempo inteiro comentando sobre isso. Ou então pelo fato também de assistirem na televisão, o uso muito exacerbado do celular, como não tem filtro, alguns pais e algumas mães deixam mesmo as crianças com o celular sem ter esse filtro, então elas estão vendo ali o tempo inteiro essa questão da sexualidade, da expressão da sexualidade das pessoas se relacionando com as outras. (Joseph)

Dirigindo-se às falas apresentadas acima, é possível identificar que os pedagogos entrevistados reconhecem que a educação sexual está diretamente ligada ao desenvolvimento infantil, e que, para abordá-la é preciso ter conhecimento sobre as fases de desenvolvimento da criança, para buscar meios de socializar os conteúdos que visam ser importantes. Também percebemos que eles apresentam níveis de domínio sobre o tema, mesmo aqueles que não tiveram contato com estes conteúdos durante sua formação.

Considerando as perspectivas dos entrevistados, grande parte compartilhou como realizam a educação sexual em sua(s) turma(s). Nesse aspecto, consideramos Ana, que disse se sentir preparada para abordar temas da educação sexual, porém não tem liberdade para tal, pois está lecionando em uma escola cristã. Mas, os demais entrevistados, até mesmo entre os que trabalham na rede privada conseguem “driblar” a repressão por parte da escola e integram temas de prevenção ao abuso infantil, cuidado com o corpo, empoderamento e respeito ao outro, mesmo que não tenha cursado a disciplina como Elsa e Luna.

Eu trabalho muito essa perspectiva de igualdade, sabe? [...] Trabalho muito dentro da perspectiva de empoderamento feminino, porque a gente estava vendo muitos casos de assédio sexual dos meninos com outras meninas. Então, pra eles compreenderem, ‘desconstruírem’ esse pensamento da mulher enquanto objeto e compreenderem que as mulheres, elas têm potencial de ser

o que elas quiserem, de fazer o que elas quiserem. [...] Mas, por exemplo, a gente trabalha o sistema reprodutor, como eu já falei. Então, já é uma maneira de abordar essas questões e desconstruir os estereótipos que a sociedade cria, aí de falar assim “ah, não pode não, não fala sobre isso não”. Quando na verdade faz parte da gente, então a gente tem que conhecer. Seria nessa perspectiva. (Elsa)

Eu tento ao máximo, mesmo trabalhando em escola privada. Eu tento sempre estar ali, trabalhando com contações de história, trabalhando com, é... assuntos que eu sei que podem ajudá-los, como questões do Não Me Toque, que é um livro infantil que é muito bom também, questões também do saber dizer o não a algumas coisas, do respeitar os meus limites, seja abraços, seja contatos físicos que também acabam até mesmo envolvendo, é... questões do que eu gosto que o outro faça comigo, então, eu sempre tento ali trazer isso para as minhas crianças. (Luna)

Quanto aos professores que cursaram a disciplina, a realidade já é diferente, visto que conseguem abordar a educação sexual em sala, fazem relação ao desenvolvimento infantil, problematizam situações presenciadas em sala de aula e nos corredores da escola. Além de afirmarem estar preparados para isso, ambos afirmam ter aporte teórico para justificar aos pais e ao corpo escolar, caso seja necessário, o porquê de estar abordando tais assuntos, principalmente se tratando de papéis de gênero e sexualidade.

Tu até falou se eu abordava essas questões, eu disse sim, abordo [...] as crianças estavam brincando lá, aí um menino pegou e falou que queria vestir uma roupa lá, aí ele apontou, só que essa roupa que ele estava apontando era a cor de rosa, e aquela cor de rosa bem forte mesmo, bem cheguei como fala. Aí eu escutei umas risadinhas de duas crianças, meninos, né, dizendo, ah, mas isso é coisa de menina, tu não é viado pra usar rosa. Aí eu, hum, estalei, ok. Aí o que foi que eu fiz? Vou problematizar essa questão. No dia seguinte eu levei esse livro aqui, Princesa Kevin. [...] E aí gera toda uma discussão, todo um auê [...] foi bem bacana, porque aí no final da história, as crianças já estavam comentando, ah, então, de boa, então era só uma fantasia. Eu disse, sim, o Kevin continua sendo o Kevin, ele não é “viado”, ele não passou a ser “viado” por causa da fantasia que ele escolheu, nem da cor que ele tá usando, até então ele é um menininho, se entende como um menininho, e aí a vida aqui segue, do mesmo jeito aqui com vocês, ó, amanhã eu posso vir de rosa, eu vou continuar sendo um menino. (Joseph)

A gente tem um projeto que fala do corpo humano né, que se iniciou após essa situação, que fala do corpo humano de maneira geral, sobre as funções do corpo, passando pelas divisões, os órgãos etc, até chegar na parte da educação sexual. E tem uma temática que eu quero abordar, só que só vai poder ser abordada no fim do ano, por que? Eu tenho uma aluna que foi vítima de abuso sexual. [...] eu elaborei uma lista de livros e, entre eles, era um que

eu já tinha trabalhado, denominado Não Me Toca, Sou Boboca, que é um livro que eu gosto muito. [...] Eu lembro que eu li um livro pras crianças chamado Olívia Tem Dois Papais, e antes dele eu li um mais curto, que era Malu Tem Duas Mamães, então a maioria dos meus alunos é exposto, do fundamental né, é exposto a esse tema, pra eles não é nenhuma novidade. (Valente)

Por fim, ao perguntarmos se se sentiam preparados para abordar a educação sexual no ambiente escolar, as entrevistadas que não cursaram a disciplina afirmam não se sentir preparadas, mas, uma delas acrescenta que, se considerar sua busca por conhecimento fora do curso, sente que está preparada.

Da minha formação não! Não, não me sinto, tudo que eu conseguiria desenrolar seria mais do eu mesmo ter buscado, dão do que eu vi na minha formação. (Luna)

Eu acredito que eu precisaria de uma formação continuada, porque eu compreendo assim, que é importante que é relevante, mas eu acredito que falta é... Eu acredito que eu teria que ter uma formação continuada. Por quê? Quando a gente trabalha com o ensino fundamental, crianças e adolescentes, a gente precisa saber como é que a gente coloca esse conhecimento na prática, entendeu? Eu acho que falta na formação, na minha formação, essa perspectiva de como é que eu posso colocar esse assunto aqui na prática pra que, por exemplo, os pais ou os próprios alunos não se sintam ofendidos ou não vejam com maus olhos aquilo que vai ser abordado e estudado na aula. (Elsa)

Em síntese, ao analisarmos as falas compartilhadas neste tópico, chegamos a conclusão de que muitos profissionais não consideram a importância dos aportes teóricos apresentados no curso, uma vez que consideram como importantes os conhecimentos obtidos por suas vivências fora da universidade, desconsiderando seu processo de formação. Além disso, a experiência com a disciplina Educação e Diversidade Cultural não foi proveitosa nesse aspecto, a maioria afirma não ter tido contato com temas como gênero e sexualidade em todo o curso, tão pouco com a mencionada, apenas com a específica Educação Sexual.

É interessante destacarmos que, ao considerarmos a importância da disciplina Educação Sexual para os cursos de licenciatura, não ignoramos a concepção dos participantes que não cursaram a disciplina, pois apresentam seriedade e nível de consciência sobre as relações socioculturais, na medida em que apontam ao fato de como o corpo, o respeito ao outro e a igualdade, são fatores necessários para o bom convívio em sociedade. Entretanto, mesmo que

reconheçam a indispensabilidade da abordagem em educação sexual em sala de aula e identifiquem sua presença no dia a dia da escola, não sentiram interesse, ou até mesmo a necessidade, em cursar a disciplina específica.

4.4 Educação sexual e o papel da escola

De acordo com Rosemberg (1985, p. 12), no ambiente escolar “o discurso formal sobre sexualidade ou era negado ou era usado como pretexto para desencadear comportamentos punitivos”, entretanto, nos últimos anos, estudiosos como Siqueira e Trabuco (2013) buscam por uma abordagem mais crítica e que apresenta possibilidades aos indivíduos conhecer a si e ao outro, de forma respeitosa, independente de suas semelhanças e diferenças, longe de parâmetros normatizadores da heteronormatividade que reprimem a curiosidade e manifestações, de crianças e jovens, presentes no âmbito escolar.

Então, a educação sexual institucionalizada passou a ser interpretada como uma utopia por alguns, visto que, o seu entendimento é reforçado por uma ideologia enraizada de preconceitos, que a discrimina como imoral, pornográfica e promíscua. Apoiado nisso, o modo como o âmbito escolar lida com as manifestações de sexualidade em seu interior tem influência direta das vivências sociais vividas fora dela. A maneira que o corpo escolar - professores, gestores, funcionários - compreende estas manifestações, são fruto de suas relações sociais, parte de perspectivas desenvolvidas por suas vivências e que influenciam no âmbito do trabalho e no seu fazer pedagógico.

Ao questionar os entrevistados sobre o que compreendem de educação sexual no âmbito escolar, Ana demonstra em sua fala que se trata de uma disciplina, algo pontual e, que não é uma realidade de sua prática docente, em razão de não ter apoio por parte da escola, assim, em para ela a educação sexual “*deve ser trabalhada nas escolas desde a educação infantil, claro que para cada idade a gente vai abordar com uma temática diferente*” (Ana).

Mas essa não é a mesma concepção dos demais entrevistados que, ao decorrer de suas falas, deixam clara que se trata de uma abordagem de conteúdos que são possíveis de abordar de forma transversal, problematizando falas, brincadeiras e atitudes vivenciadas no decorrer das demais atividades. Vejamos:

Falar sobre a liberdade de cada um, cuidados consigo mesmo, cuidados com seu corpo, prevenção a abusos. É... destruir conceitos misóginos que essa criança pode trazer de determinados ambientes, mostrar a ela as possibilidades de brincadeiras e de interações sem determinar papéis associados a isso, não determinar brincadeiras de menino e de menina, falar sobre problemas reais, sociais e tornar elas preparadas para ser um adulto autônomo, né? Aqueles que compreendem que cada ser humano tem seu papel social e não necessariamente isso está estipulado através do gênero dele. Conscientizar sobre família, sobre como devem se cuidar, sobre o que podem e não podem fazer, trabalhando também esse senso de responsabilidade, porque a gente sempre fala também da criança como vítima e ela obviamente é em determinadas situações, mas a gente esquece que essa vítima também pode reproduzir comportamentos e aí a vítima se torna a outra [criança]. Então, criar esse senso de responsabilidade com elas, falar sobre o que elas podem e o que elas não podem, o respeito ao corpo do outro, inclusive, o que ajuda nas questões do bater, que são muito comuns nessa faixa etária, dentre muitas outras coisas. É muito amplo. (Valente)

Eu compreendo como sendo é... ainda uma questão que gera muito tabu, no sentido de que tanto familiares quanto alguns profissionais, eles costumam entender essa questão da educação sexual como prática sexual [...] Poucos ainda entendem essa educação sexual como, por exemplo, separação de fila entre meninos e meninas, isso faz parte da educação sexual porque está corroborando aí um sistema de desigualdade de gênero. A questão meninas vestem rosa, meninos vestem azul, ainda predomina muito. Meninos não 'pode' brincar de boneca, meninas não 'pode' brincar de carrinho, nem de futebol. Ainda existe muito esse estigma na escola, apesar de a gente já estar no ano de 2024, em pleno século XXI, mas existe muito isso [...] Aí é nesse sentido que eu enxergo, entendeu? Como algo ainda que as pessoas não querem discutir por falta de capacitação e por temor de alguma represália dos familiares. (Joseph)

Eu acredito que vai justamente nesse sentido de trazer, por exemplo, atividades de autoconhecimento para saber, por exemplo, que crianças têm determinados lugares que não é todas as pessoas que podem ter acesso, para que elas em uma situação dessa, como eu disse de estupro ou, é... a gente vê muitos casos de abuso, para elas reconhecerem e conseguirem chegar num adulto e dizer [...] E aí a gente consegue, né, eu acredito, contribuir para que diminua essas situações de violências. (Elsa)

Mas seria exatamente sobre mostrar toda essa concepção de gênero, essa concepção mais ampla da sociedade e que envolve também a sexualidade. (Luna)

Na educação escolar, não se considera qualquer tipo de conhecimento, pois cabe à escola propiciar acesso a saberes elaborados e, assim, aproximar o indivíduo ao saber científico. Segundo Pereira e Francioli (2011, p. 100), “para a teoria materialista, a ciência nos proporciona a sabedoria que necessitamos, por isso, a

existência da escola justifica-se pelo conhecimento científico”, dessa maneira, aproximamos a discussão sobre a educação sexual e o papel da escola, não só voltado para a mediação de conhecimentos científicos, mas também quanto a sua postura em relação às expressões que estão presentes em seu interior.

Na busca de compreender se os pedagogos entrevistados estabelecem uma relação entre a educação sexual e o papel da escola, questionamos se há essa relação e como eles a percebem. Em suma, nenhum dos entrevistados comentou sobre o papel da escola no sentido científico, responsável pelo compartilhamento dos conhecimentos historicamente acumulados, mas referenciam-na como contribuinte para a formação pessoal e social dos indivíduos.

O papel da escola, em relação à educação sexual, é como eu disse a você, eu acho que deveria ter sim, inclusive, uma disciplina. [...] E essa disciplina eu acredito que deveria ter a partir já do segundo ano, porque o primeiro ano eles estão saindo né?! Do infantil, as vezes não tem. Mas a partir do segundo ano sim! [...] E eu acho que a escola ela tem que ter essa responsabilidade, porém, pelo menos nas particulares em que eu atuei, não é isso que eu vejo. Orientar, [...] justamente pra falar e abordar assuntos como esses, que a gente ouve em sala de aula. Primeiro fazer uma reunião com as professoras, pras professoras relatarem o que vem acontecendo e o que tem acontecido, o que é falado o que não. E a partir de então, fazer um... aula, projeto, uma coisa assim, que possa falar com essas crianças 'pra' que elas tenham esse entendimento. (Ana)

Então, inicialmente, não atrapalhar seria ótimo, mas também incentivar projetos nesse sentido, é... juntar a coordenação e a equipe pedagógica, falar sobre como pode ser trabalhado em todas as turmas, em cada faixa etária, não ser algo unilateral, não ser algo que venha só de um professor enquanto o resto das turmas não faz, é... promover campanhas, promover reuniões, palestras. [...] Então, apresentar coisas reais a essa criança sem atribuir juízo de valor, porque isso não vai funcionar. (Valente)

Eu acho indispensável. Porque como eu disse para tu, existe um receio por parte das famílias e aí a gente entende que é todo um processo histórico, esses pais vieram de uma formação retrógrada, arcaica, conservadora, tradicional, que a gente já sabe que existe ainda, que domina muito na sociedade; e a gente teve aí quatro anos com regime nesse sentido [...] Então, a escola é fundamental nesse sentido para ir meio que rompendo essas barreiras, discutindo essas questões mesmo, simples. [...] ajudando a ressignificar, seja combatendo discriminação, preconceito, seja tentando impedir comentários homofóbicos, sexistas. Discutindo mesmo, não no sentido de imposição, mas no sentido de questionar [...] Seria esse o papel, o papel de ajudar a ressignificar conceitos e quebrar paradigmas. (Joseph)

Eu acredito que o papel da escola, nesse sentido, ele é um papel político de entender que é um direito dos... das crianças, dos adolescentes que estão dentro daquela escola, que é um direito deles conhecerem o seu próprio corpo, deles saberem o que é certo ou errado, deles conhecerem os métodos contraceptivos, deles conhecerem é... essas questões 'pra' que eles, como eu disse, evitem determinadas situações. (Elsa)

É realmente muito necessário e a escola, ela entra ali como um pilar que acaba, é... auxiliando tanto na questão familiar como na questão do eu. [...] O papel da escola, eu sou muito da filosofia de que é educar para o mundo, então novamente fala muito desse olhar para a sexualidade porque é o mundo que eles irão lidar, tanto na compreensão novamente do eu, de poder saber do que se identifica, saber como o mundo vai até mesmo recebê-las e como ela pode também se preparar para esse mundo. Então a escola entra com esse papel de formar cidadãos também que estão aí para o mundo. (Luna)

Como vimos anteriormente, os entrevistados não citam o papel científico da escola, mas sim o social. A vista disso, fica sob nossas interpretações a descridibilidade dada a teoria, não só durante a graduação, mas também na educação básica de modo geral. Outro fator analisado foi a contradição presente nas falas, pois uma das entrevistadas se refere a Educação Sexual como disciplina e que só deve estar na grade curricular a partir do 2º ano do ensino fundamental, já em outros momentos fala sobre a importância de iniciá-la desde a educação infantil.

Além disso, quando falam sobre a importância da educação sexual e o papel da escola para sua efetivação, mas, não consideram os conhecimentos científicos para fundamentá-la, é onde a contradição também se apresenta. Cury (1997) fala que a Contradição e a Reprodução são categorias indissociáveis e, a partir da análise desenvolvida, é perceptível essa relação ao concluirmos que tanto os que cursaram a disciplina Educação Sexual, como aquelas que não cursaram, apresentam concepções parecidas, entende-se que há uma reprodução de ideias a partir de suas vivências pessoais.

Durante as entrevistas, os professores também foram questionados sobre a contribuição da Educação Sexual para a formação integral do aluno. Muitos já apresentavam essa perspectiva desde os momentos anteriores e continuam reafirmando essa contribuição e, somente nesse tópico, ficou perceptível as nuances da escola por parte de alguns entrevistados, que compreendem a escola como responsável não só pelo desenvolvimento social da criança, mas também intelectual.

Mas eu acredito sim que ajuda, porque muitas vezes, e principalmente nos dias de hoje [...] não só educação escolar, mas a educação mesmo, a formação da criança em si, termina sobrando pro professor, querendo ou não. [...] tem coisas que deveria vim de casa, mas, não vem, não vem! Ai você vai fazer o que? Fechar o olho? Ai você vai lá e vai ter que educar, então a escola, ela faz o papel de educar, sim, na parte pedagógica, mas ela faz muito esse papel também, de educar a criança na formação dela como pessoa, como entendimento de algumas coisas, porque muitas vezes em casa ela não tem. (Ana)

Sim, porque como é dito, a escola tem o papel de educar de maneira formal, mas também está na BNCC o comprometimento com o cuidado, que é principalmente destacado na educação infantil, mas se deve se perpetuar nos anos iniciais do ensino fundamental e a observação deve se perdurar até o ensino médio, essa atenção a esses alunos. Então se o cuidado tá aí, por que não... o que é a orientação, se não uma forma de cuidar? A gente precisa falar sobre, a gente não pode ser omissa em situações que são claras. [...] você tem que orientar e, dependendo da situação, você tem que tomar uma atitude, como comunicar as pessoas que podem se responsabilizar por essa situação. [...] Então eu acredito que sim, é essencial que seja falado, discutido, trabalhado e abordado. (Valente)

Como eu avaliaria? Importante [...] por envolver questões do eu, de questões amplas, de respeito ao próximo, respeito aos meus limites, de conhecimento sobre o mundo, sobre o eu, sobre o outro, que são competências também que estão presentes [desde] a educação infantil, mas, que muitos não enxergam que trabalhar a sexualidade também é falar sobre isso, falar sobre essas competências. (Luna)

Ao responder às questões, outros entrevistados mantêm a concepção de que a escola contribui para as relações sociais, e que abrange nas relações econômicas e de produção. Dentre as respostas, duas declararam ser importante ressignificar os padrões impostos socialmente, mesmo que em outros momentos já tenha sido apresentada, essa continua a ser fortemente citada. De acordo com Santana, Andrade e Santos (2020, p. 210), a análise materialista histórico-dialética abre espaços para reconsiderar os engendramentos impostos socialmente, desse modo, o “fator central da suposta “inferiorização” e “subordinação” da mulher, se concentra em uma questão que não é natural, mas sim, de caráter histórico”. Por este motivo, consideramos importante que pedagogos tornem reais essas discussões em sua prática pedagógica.

Sim, eu acho que contribui. Nesse lugar de... Como eu falei, eu sempre volto nessa questão do ressignificar. Ressignificar os padrões, ressignificar os conceitos, construir esse entendimento mais humanizado, significativo e eu,

sempre que possível, estou abordando essas questões. Seja através de contação de história, de música, de vídeos. (Joseph)

Eu avalio como um ponto fundamental, né? Porque faz parte do desenvolvimento do ser humano. Eu acredito que se a gente não ensina nessa perspectiva aí também, vai ficar faltando uma parte, eu acredito que a educação não vai ser integral, ela vai estar fragilizada nesse sentido, porque é... vai impossibilitar as mulheres, por exemplo, de se empoderarem [...] Então, eu acredito que a educação sexual também vai desconstruir esses próprios pensamentos, sabe? Eu também penso muito nisso. E até de como os meninos também... do próprio comportamento dos meninos, porque há essa reprodução mesmo de que a mulher é um objeto, que eles são 'bam', 'bam', 'bam'. Então, quando eu até pensei nessa questão da educação integral, é justamente disso, de cada um ter um respeito, não só pelo si, mas pelo outro também. E a gente não vê isso. (Elsa)

Com o objetivo de compreender a perspectiva dos pedagogos em relação ao papel da escola e como ela contribui para a efetivação da educação sexual emancipatória no âmbito escolar, questionamos se a consideravam como essencial no currículo escolar e, como avaliam o apoio que a escola oferece para sua implementação. De modo geral, todos a consideram como essencial para o currículo escolar, mas algumas justificativas se diferenciam e, interpretamos que essa questão retrata a diversidade de perspectiva presente entre os participantes. A compreensão de que a educação sexual deve ser no formato de uma disciplina também prevalece, mesmo que reconheçam a relevância de abordá-la de forma transversal.

Considero, porque uma perspectiva científica não ia mudar a opinião de determinados docentes, eles continuariam tendo a opinião pessoal deles, mas talvez auxiliasse eles a compreenderem que a opinião pessoal não deve ser levada para o profissional. (Valente)

Considero. Acho que deveria fazer parte desde a educação infantil, esse componente deveria fazer parte, essas discussões deveriam fazer parte, pra incluir a família, os profissionais da educação e toda a comunidade escolar. [...] Poderia ser diluída dentro do PPP, fazer parte das disciplinas na educação infantil. Já no ensino fundamental, eu acho que poderia já ter uma disciplina, um componente curricular específico mesmo, pra abordar essas questões, ainda que fizesse parte dos outros componentes. (Joseph)

Sim. ela pode sim ser transversal, ela é transversal, pode incluir em outras matérias, mas que também poderia sim ter uma disciplina específica. [...] também é importante não ser só na sala de aula, é importante em outros convívios também falar sobre isso. (Luna)

Caminhando para o fim da análise das entrevistas, voltemo-nos à questão sobre o apoio que a escola oferece para a implementação da educação sexual. De acordo com Maia e Ribeiro (2011), a educação sexual escolar [institucionalizada] precisa orientar, ensinar, questionar e refletir valores e concepções trazidos pelos alunos, para tornar viável que cada um desenvolva, a partir do acesso aos conhecimentos teóricos, uma compreensão sobre os referenciais socioculturais que fundamentam sua perspectiva de sexualidade e os fatores que a integram.

Baseado nisso, reforçamos que essa educação sexual institucional e emancipatória não ocorre de fato no chão da escola, que envolve o corpo escolar, pois, considerando a fala dos entrevistados, a gestão escolar não apoia e, tão pouco, permite que professores possam abordar tais questões. Mas, caso aconteça, precisa ser de forma velada, sutil. Desse modo, interpretamos que há prevalência em educar a partir do que se considera politicamente correto, ou seja, com base no senso comum e/ou religioso.

Nenhum apoio! Nenhum! Deus me livre eu comentar isso numa reunião, dar essa indicação, porque se não já era. A gente tem até medo de passar [determinadas situações com as crianças] pra direção e coordenação e, quando a gente passa, já chama a criança, já repreende ou chama os pais pra saber o que tá acontecendo em casa, porque se a criança fala isso ou aquilo é porque tá ouvindo em casa. (Ana)

De maneira geral eu não vejo esse apoio sendo muito feito, no máximo campanhas contra ISTs, no máximo... “não pode isso, não pode aquilo”, mas muito superficial. Nessa que eu tô [escola], eu percebo já um diálogo maior, percebo uma compreensão, mas eu também ainda sinto falta de algo do tipo, “ah, vamos coletivamente fazer tal coisa?” É, tem essa liberdade, obviamente que é muito boa, do se eu quiser fazer, eu posso. Mas vamos pensar num contexto mais geral, mais coletivo? Acho que poderia ter um pouco mais. (Valente)

Eu avalio como precário, não existe apoio. [...] Quando surge esse assunto, aí eles meio que tentam mudar de assunto, dizer que não dá certo, que vai causar muito tumulto, que as famílias não vão entender. Existe muita resistência mesmo, por parte do sistema educacional. São poucas as pessoas ainda que tentam romper com essas barreiras que o sistema impõe, que os profissionais que estão nesses cargos de direção do sistema impõem. (Joseph)

Sinceramente, eu acredito que não existe apoio nessas questões, sabe? Eu acho que deixa muito a desejar. É... a gente [...] tenta seguir essa perspectiva,

como eu falei, de fazer rodas de debate e tudo mais, mas a gente encontra ainda dificuldades, não é colocado em prática. [...] e lá na escola nós temos esses casos de assédio sexual, então deveríamos trabalhar, porque eu acredito que a escola ela tem o seu papel social, a gente sabe disso. E se tem um papel social, a gente tem que trabalhar as questões sociais, sabe? Então, se está acontecendo assédio na escola, a gente tem que mostrar pra eles que não é bem assim, que esse discurso precisa ser desconstruído, que a mulher não é um objeto. [...] Não to dizendo assim, de você chegar e a gestão escolar dizer “não, você não vai fazer”, não! Mas falta o apoio, entendeu? Pra que isso aconteça. (Elsa)

Olhe... Pessoalmente falando, é complicado. Pela forma como ainda é visto o falar da sexualidade, pela forma que é tratado como um tabu, pelos olhares não só da escola como dos pais, também como os pais irão lidar e, portanto, como a escola vai lidar com os pais falando sobre isso. Então, é complicado. (Luna).

De acordo com as análises apresentadas acima, percebe-se que as discussões sobre a educação sexual e o âmbito escolar estão presentes no dia a dia dos professores, é unânime o fato de que todos os participantes afirmam, e reconhecem, a importância dessa relação para a construção dos sujeitos e da contribuição da escola para seu desenvolvimento, pois, para além de possibilitar o acesso aos conteúdos historicamente acumulados, a escola também proporciona vivências entre eles, retratando as relações sociais que ocorrem fora dela.

A fim de finalizar esta etapa do trabalho, queremos destacar as falas de Luna e Joseph, ao salientar que a efetivação da educação sexual nas escolas fica a depender do professor, dos poucos que tentam burlar as regras impostas pela administração escolar, mas que busca implementar o tema em suas aulas e trazer discussões que contribuem para a formação das crianças.

Essa realidade nos convida a refletir sobre a educação sexual como uma abordagem, esta que se torna capaz de proporcionar aprendizagens e quebra de paradigmas, não só entre os alunos, mas, também entre os professores e a comunidade escolar como um todo. Por fim, ressaltamos a relevância da participação da família nessas discussões, para assim, caminharmos juntos na busca de uma sociedade mais justa e respeitosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto acima, enfatizamos a importância de se compreender a educação sexual como uma grande contribuinte para a formação humana dos sujeitos, pois seu papel está para além de abordar sobre sexo e corpo humano, busca-se compreender a humanidade em todas as suas facetas. A ideia errônea do que significa a educação sexual está intimamente relacionada à sua ausência nos âmbitos de formação, estes que são fundamentais para o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, longe de imposições religiosas e da moralidade do senso comum.

Muitos professores não sabem como lidar em determinadas situações no dia a dia escolar, como postura irregular dos alunos, fala e ações preconceituosas, atos sexualizados entre as crianças, acesso a telas sem supervisão e situações mais graves, como indícios de abuso sexual. Mas o fato de as crianças manifestarem suas aprendizagens por meio de falas e ações que, por vezes, chegam a ser violentas e pejorativas - mesmo que não compreendam essas situações -, cabe ao professor intervir.

Desse modo, a ausência de abordagens sobre a educação sexual nos cursos de licenciatura resulta no distanciamento de temas relacionados a ela na educação básica, entretanto, quando presente, apresenta-se numa perspectiva biológica e/ou moral, reforçando preceitos normativos sobre os indivíduos. Caso o professor opte por outro tipo de abordagem, não tem aporte teórico suficiente, tão pouco apoio pedagógico para tal.

Essa leitura de como a educação sexual vem acontecendo, está clara na fala dos entrevistados que, apesar de buscarem ao máximo abordar questões de gênero, sexualidade e prevenção, precisa ser, na maioria das vezes, de maneira velada e sucinta, sem que cause “burburinhos” entre eles, devido a comunidade escolar não aceitar, e/ou não apoiar, que esses temas sejam abordados em suas escolas. Dentre os entrevistados, aqueles que lecionam em instituições de ensino privado, deixam claro a repressão que sofrem por parte da escola devido a influência econômica. Já os que atuam no ensino público, apontam para a resistência por parte da gestão escolar, que na maioria das vezes é composta por profissionais mais velhos e conservadores.

Em razão disso, atos preconceituosos junto às limitações impostas pela sociedade sobre as dimensões da educação sexual, influenciam não só na formação

docente, como também nas relações estabelecidas no interior das escolas, entre os alunos e a própria comunidade escolar.

Na contemporaneidade, a educação sexual institucional se apresenta como inata ou no modelo higienista/biológico, ocorrendo muitas vezes por meio do silêncio e da imposição, com atitudes que indicam de como os alunos devem agir e pensar. Há uma reprodução de pensamentos válidos a partir do que é moralmente aceito socialmente e, a partir disso, falas, comportamentos e ações são engendradas aos papéis de gênero, reforçados na escola. Como dito por um dos entrevistados, a formação de filas e separação de brincadeiras por gênero, é um tipo de educação sexual que reforça os estereótipos heteronormativos socialmente impostos.

Para compreendermos o que é a Educação Sexual, é necessário pensarmos em suas bases, qual é a sua relação com o desenvolvimento infantil, refletir sobre o que é a sexualidade e o papel da escola na formação dos sujeitos, visto que a concepção de Educação Sexual - o que é e qual o seu papel - associa-se diretamente à compreensão de sexualidade e às relações à sua volta. Por estarem constantemente associadas ao biológico natural, grande parte dos entrevistados desconsideram o contexto histórico e dialético em que o indivíduo está inserido. Por exemplo, justificam as relações sociais a fatores meramente biológicos. Mas, para compreender as relações atuais e os rumos que a sociedade traça, é necessário considerar seu contexto histórico.

Assim, apresentamos a ideia de tornar real uma educação que contribua para o desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade; um ser crítico, reflexivo, responsável, respeitoso consigo mesmo e com o outro, independente das diferenças, compreendendo o saber historicamente acumulado e sua função social. Mas, para isso, vê-se a necessidade de problematizar como a educação sexual vem sendo compreendida e como está sendo abordada (ou não) no âmbito escolar.

Durante as entrevistas, ficou claro que a maioria dos participantes abordam a educação sexual baseada em uma perspectiva de futuro, com o objetivo de abordar questões sobre sexualidade e abrir espaços para conscientizar seus alunos quanto às relações sociais desde muito pequenas, a vista de entenderem que é preciso conhecer a si, a sua própria identidade, para assim, respeitar o outro e lidar com a diversidade, com as suas diferenças.

Mas, tendo como base a concepção dos docentes, concluímos que a maioria dos participantes compreendem a sexualidade como processo de construção

individual, diretamente relacionado ao determinismo biológico, desconsiderando o contexto econômico e social no qual o sujeito está inserido. Dentre os entrevistados, apenas uma pedagoga considera o fator biológico da sexualidade, mas, a compreende como uma construção social.

Além disso, é unânime a defesa dos professores sobre a contribuição da educação sexual para a realização de relações saudáveis na escola e, conseqüentemente, fora dela. Por este motivo, destaca-se que o espaço para a formação docente (inicial e continuada), juntamente com as escolas, são os melhores mediadores para direcionar conteúdos e informações historicamente produzidos, e, principalmente, aqueles que abordam a educação sexual de forma respeitosa, considerando suas potencialidades e a contribuição para a formação dos sujeitos, respeitando virtudes e abordando não só questões biológicas, como também sociais e identitárias.

Vale salientar que, aqueles que cursaram a disciplina Educação Sexual têm aporte teórico suficiente para elaborar meios de efetivá-la em sala de aula. Já as participantes que não cursaram, apresentaram interesse em buscar meios de torná-la real, mesmo que de forma inconsciente. Porém, não podemos desconsiderar que elas apresentam dificuldades em intervir nas manifestações apresentadas pelas crianças. Isto posto, o acesso aos aportes teóricos proporciona ao pedagogo, possibilidades para que não resume sua abordagem ao biológico higienista, mas, sim, a uma perspectiva humana e social, considerando as relações sociohistóricas e de poder.

A partir do que foi exposto neste trabalho, em virtude de considerar que a postura do professor educa e, por meio dela, apresenta silenciosamente sua concepção de mundo e o que percebe a sua volta, o que acredita e as ideias que o direciona, destacamos que isso não é o suficiente para que os seus alunos também se percebam e se entendam como cidadãos, com direitos e deveres na sociedade. Assim, educar silenciosamente não costuma causar inquietações, mas sim, reforçar a reprodução de ideias e comportamentos. Além disso, a concepção do professor sobre sua função social e a finalidade do seu trabalho, também tem influência sobre a dos seus alunos, em como eles se compreendem no contexto em que vivem.

Por este motivo, é uma realidade pensar a educação sexual com um viés emancipatório, que estimule a experiência de vivenciar uma educação crítica e reflexiva, não de forma a podar os sujeitos e desconsiderar os seus “instintos”,

curiosidades e inquietações, mas para pensar num lugar que o faça compreender a si, suas emoções, relações (e o seu papel dentro delas). No entanto, para que de fato ocorra, é necessário incluí-la no processo de formação docente, no sentido de proporcionar espaços para a reflexão sobre as relações sociais, o papel da educação, o papel social do professor e as ideias que o direcionam, sua compreensão sobre sexualidade, desenvolvimento infantil e do papel da escola na formação dos sujeitos.

Apoiado na concepção dos pedagogos entrevistados, pode-se perceber que consideram a educação sexual necessária no âmbito escolar, principalmente ao levar em consideração uma educação que contribua para a formação dos sujeitos. Eles também destacam a necessidade de que ela seja discutida durante a formação, não necessariamente em uma disciplina específica. E, ao questioná-los sobre a disciplina Educação e Diversidade Cultural, que, em tese, é a única da grade curricular obrigatória que aborda gênero numa perspectiva cultural, foi unânime as respostas de que não houve essa abordagem, que a disciplina foi superficial nesse sentido.

Portanto, ao analisarmos como a educação sexual vem sendo compreendida a partir de abordagens feitas nos documentos voltados para a educação, em especial ao ensino fundamental - anos iniciais, e, ao considerarmos os documentos que regem o curso de Pedagogia da UFPB, concluímos o fato de que ela vem sendo tangenciada na educação básica, principalmente, nos debates durante a formação docente, visto que a única disciplina obrigatória que deveria abordar questões como gênero e sexualidade, não garante isso, fica a depender da abordagem do docente responsável pela disciplina.

Entretanto, é perceptível que há uma importância por parte dos pedagogos que se formaram nos últimos 5 anos. Mesmo aqueles que não tiveram acesso a discussões voltadas para a educação sexual durante a graduação, consideram-na como necessária, pois a compreendem como uma abordagem que perpassa pela vivência de todos, desde a educação infantil. Quanto à concepção do que é a sexualidade, fazem relação direta com a educação sexual e as aproxima ao conceito de identidade, por este motivo, consideram a importância de desenvolver uma educação respeitosa.

Ademais, destaca-se que a concepção dos docentes, que cursaram, ou não, a disciplina Educação Sexual, não se distancia, ou seja, todos apresentam uma

mesma concepção. Isto posto, chegamos a conclusão de que nas disciplinas Educação Sexual e Educação e Diversidade de Gênero, faltam discussões sobre questões sociais e culturais, estas que estão diretamente relacionadas à concepção dos indivíduos e suas vivências em sociedade. Por fim, concluímos esse trabalho salientando a importância de discutirmos sobre os rumos da educação e, principalmente, no que diz respeito à educação sexual, visto que, é possível perceber diariamente como sua ausência nos espaços escolares interfere no desenvolvimento integral de crianças e jovens.

6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. [s.l.]: Papyrus Editora, 2021.

BAPTISTA, Maria das G. de A. **Gramsci e Vigotski: da educação ativa à educação crítica**. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, 289p.

BONA Jr., Aurélio. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. *Filosofia e Educação (Online)*, ISSN 1984-9605 – **Revista Digital do Paideia**. V. 3, N. 2, p. 18-43/ Outubro de 2011 – Março de 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635448/3241>. Acesso em: 24 jul 2024.

BRAGA, Eliane R. M.; RIBEIRO, Paulo E. M. Palavras, “palavrões”: um estudo sobre a repressão sexual a partir da linguagem empregada para designar a genitália e práticas sexuais, na cultura brasileira. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt23-4982-int.pdf>. Acesso em: 09 set 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Câmara dos deputados. Projeto criminaliza promoção de “ideologia de gênero” nas escolas. Brasília, 13 Out 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/699563-projeto-criminaliza-promocao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 27 jun 2024.

_____. Conferência Nacional de Educação. MEC/ Fórum Nacional de Educação, 2014. Disponível em: <https://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 20 set 2024.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP N.º 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em: http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res_CP_01_2006_05_15.pdf. Acesso em: 10 set 2024.

_____. Decreto Legislativo nº 11.074, de 18 de maio de 2022. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil e o seu Comitê Gestor. Brasília, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11074.htm#:~:text=125%2DE.-,O%20Plano%20Nacional%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20Prim%C3%A1ria%20do%20Risco%20Sexual%20Precoce,riscos%20da%20gravidez%20na%20adolesc%C3%AAncia. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Lei nº 14.540 de 3 de abril de 2023. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14540.htm. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Ministério da educação - MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set 2024.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série). Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 30 jun 2024.

_____. Ministério da Educação. Conae 2014. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/c-nae-2014>. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 10 set 2024.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 31 ago 2024.

_____. Ministério da Educação. Governo Federal cria Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas escolas. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/governo-federal-cria-programa-d-e-prevencao-e-combate-ao-assedio-sexual-nas-escolas>. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2005, de 13 de dezembro de 2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 10 set 2024.

_____. Ministério da Educação. Webinar discute prevenção à violência sexual nas escolas. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/webinario-discute-prevencao-a-violencia-sexual-nas-escolas>. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em:

https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 25 ago 2024.

_____. Secretaria de Comunicação Social. Educação sexual não estimula atividade sexual. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2023/08/educacao-sexual-nao-estimula-atividade-sexual#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20%C3%A9%20uma,deturpam%20o%20sentido%20do%20termo>. Acesso em: 25 ago 2024.

CARVALHO, Maria E. P. de.; et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente**. - João Pessoa: Editora UFPB, 2016, 74p.

CASSIAVILLANI, Thiene P.; ALBRECHT, Mirian P. S. Educação Sexual: uma análise sobre legislações e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.39, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4001/7514>. Acesso em: 28 ago 2024.

CURY, Carlos R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 2. ed. — São Paulo: Editora Cortez, 1986, 134p.

FIGUEIRÓ, Mary N. D. **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009, p. 35-103.

_____. **Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009, p. 129-140.

_____. **Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018, p. 19-116.

GILHUS, Ingvild S.. Hermenêutica. **REVER**. Ano 16. Nº 02. Mai/Ago 2016, p. 144-156.

GONÇALVES, Josiane P.; BENITEZ, Maria C. S. A (in)existência de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia: por que eles desistem?. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8661264>. Acesso em: 11 nov 2024.

HADDAD, Cristhyane R.; PEREIRA, Maria de F. R. Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico Cultural: inferências para a formação e o trabalho de professores. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 106-117, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i2.9703>. Acesso em: 22 jul 2024.

LANDINI, Tatiana S.. **O professor diante da violência sexual**. - São Paulo: Cortez, 2011. - Coleção educação e saúde, v. 4, p. 47-98.

LIMA JR., Luiz P. de. **O labirinto da sexualidade**. - João Pessoa: Editora Universitária, 2008. 102p.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** - [2. ed]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MAIA, Ana C. B.; RIBEIRO, Paulo R. M.. Educação Sexual: princípios para ação. **Doxa**, v.15, n.1, p.75-84, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/maria/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC%20I%20-%20Ed.%20Sexual/Educacao_Sexual_principios_para_acao.pdf. Acesso em: 14 jun 2024.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7.ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NUNES, César A; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

PEREIRA, João J. B. J. FRANCIOLI, Fatima A. de S. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 93-101, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9456>. Acesso em: 5 jul 2024

REIS, M. A. de S.; ALEVATO, H. (Orgs.). **Nexus e Sexus: perspectivas instituintes**. - Petrópolis, RJ: DP et Alíi; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p.55-125.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Sexual na Escola. **Cad. Pesquisa**, São Paulo (53): 1985, p. 11-19. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC%20I%20-%20Ed.%20Sexual/n53a02.pdf>. Acesso em: 29 set 2024.

SANTANA, Carolina Q.; ANDRADE, Ingrid S.; SANTOS, Victor F. D. Gênero e Marxismo: contribuições para a história das ciências. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 204-214, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36733/21851>. Acesso em: 10 jul 2024.

SIQUEIRA, Teresa C. B.; TRABUCO, Paula M. Educação Sexual no desenvolvimento infantil. **Educativa**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 297-318, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/educ.v16i2.3093>. Acesso em: 15 set 2024.

SOUZA, Angélica S. de; OLIVEIRA, Guilherme S. de; ALVES, Laís H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 9 jun 2024.

SOUZA, Djonatan K. R. de. A heteronormatividade como estranhamento: contribuições marxistas à crítica da sua construção social. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.15, n.3, p. 136-155, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.56812>. Acesso em: 10 jul 2024.

UFPB. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. 2006. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2017141123ae8d4679089fd3f5184b0d/PPC_Pedagogia._Curruculo_2006.pdf. Acesso em: 15 set 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo *compreender como ocorre a formação em Educação Sexual no curso de Pedagogia na UFPB e a concepção de sexualidade de seus egressos*. Sua participação dar-se-á através de entrevista semiestruturada de modo online, marcada com antecedência, cuja fala será gravada e transcrita. Todas as informações obtidas neste estudo serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e tratadas de forma confidencial, portanto, será mantido sigilo sobre seu nome ou sobre algum dado que o identifique. Não haverá nenhum risco ou desconforto ao participante, você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo. Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes desta pesquisa científica e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haverá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável. Ao final da pesquisa você terá livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Ao dar a sua autorização por escrito, assinando a Permissão, as reflexões, por você desenvolvidas, serão utilizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e em futuras publicações. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, junto a sua orientadora, Prof^a. Maria das Graças de Almeida Baptista. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora, Mariana Medeiros, no número (084) 99818-9864 ou em (083) 99145-6775 com a orientadora Maria das Graças Baptista.

Tendo em vista o acima exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Local e Data

Assinatura do entrevistado

Mariana Medeiros da Silva – Pesquisadora

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

NOME:

IDADE:

ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO:

TEMPO DE SERVIÇO NO ENSINO FUNDAMENTAL:

CURSOU A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO SEXUAL: () SIM () NÃO

1. FORMAÇÃO INICIAL

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

3. O QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA VOCÊ?

4. COMO VOCÊ COMPREENDE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA?

5. COMPREENSÃO DO CONCEITO DE SEXUALIDADE

6. COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL e ES

7. COMPREENSÃO SOBRE O PAPEL DA ESCOLA e ES

8. A PARTIR DA SUA FORMAÇÃO, VOCÊ SE SENTE PREPARADA(O) PARA ABORDAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR?

9. DISCIPLINA DE DIVERSIDADE CULTURAL

10. A EDUCAÇÃO SEXUAL E TEMAS COMO SEXUALIDADE DEVERIAM SER PAUTAS DO ÂMBITO ESCOLAR? POR QUÊ? VOCÊ ABORDA ESTAS QUESTÕES?

11. COMO AVALIARIA A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO?

12. CONSIDERA A EDUCAÇÃO SEXUAL ESSENCIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR?

13. COMO AVALIA O APOIO QUE A ESCOLA OFERECE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL?

14. VOCÊ FOI UMA CRIANÇA OU JOVEM QUE TEVE ESSA TEMÁTICA TRABALHADA EM SEU AMBIENTE FAMILIAR? SE NÃO, SENTIU FALTA EM ALGUM MOMENTO E/OU SOFREU ALGUMA CONSEQUÊNCIA POR ISSO?